
A CRISE DO MÉDIO ORIENTE
ACELERAÇÃO DO PROCESSO DE PAZ

Luiz Gonzaga Ferreira

A CRISE NO MÉDIO ORIENTE ACELERAÇÃO DO PROCESSO DE PAZ

O PROCESSO DE PAZ NO MÉDIO ORIENTE. ABERTURAS E IN- TRANSIGÊNCIAS

Numa ocasião como esta, e perante uma audiência como é a vossa, há duas maneiras de apresentar o tema proposto. Abordá-lo do lado histórico, alinhando sucessiva e exaustivamente a cronologia dos acontecimentos — e aí logo se punha um problema qual é o do saber onde começar essa cronologia, nos anos longínquos do início da implantação económica do judeu na segunda metade do passado século, antes disso ou somente há quarenta anos quando se criava e instalava o estado sionista. E, mesmo neste último caso, a riqueza do caudal histórico é tão esmagadora, poucos locais haverá onde o fluir político e histórico seja tão denso e ritmado, que não só não o poderíamos abarcar e certamente não ficaria um segundo de tempo para interpretação dos factos históricos.

E aí surge a minha segunda hipótese de trabalho, agarrar um pedaço do viver político da região em causa, se possível o mais significativo, e tratar de compreender, com ele e por ele, o que é que está em jogo e o que é que poderá vir da amálgama de paixões, vontades, ódios, terrores e ambições que agitam os homens e os grupos e as comunidades, na área.

O passado ano primou sobre todos quanto a acontecimentos dramáticos e até espectaculares. Foi o arrancar da Intifada que se tinha por coisa de garotos ou jovens vadios sem beira nem eira e que viria a ser afinal o desencadeador de todos os outros acontecimentos susceptíveis de baralhar o jogo, dando-lhe já a textura da coisa política, foi a confirmação pela Cimeira de Argel do papel representativo e dirigente da OLP; foi o reconhecimento pelo Rei Hussein desse papel e a quebra dos laços que ligavam a Casa Hachemita à Cisjordânia e que lhe haviam permitido arvorar-se até então em representante do povo e da Causa Palestiniana; na sequência dessa atitude real, a reunião do CNP em Argel e a declaração de independência do

Estado Palestiniiano. Seria a Assembleia Geral das Nações Unidas em Genebra e o reconhecimento por Arafat e a OLP da existência de Israel; seria a histórica conferência de imprensa do dia seguinte em que Yasser Arafat aclarava o seu pensamento e reconhecia o direito à existência do Estado de Israel e sequente aceitação pelos Estados Unidos da OLP e do seu presidente como pessoa de diálogo.

Creio que pela análise, ou melhor dito, a tentativa de análise desses acontecimentos, se poderá conhecer uma fase das mais empolgantes e ousado dizer das mais construtivas do conflito Médio Oriental e apreender muito do que está por dentro da situação que se vive na região desde há tantos anos.

Como muito bem sabem, não há compartimentos estanques no tratamento de uma relação política, antes um imbricamento de factos, atitudes, conceitos e decisões que dão a verdadeira estrutura e substância de um dado momento político e ao mesmo tempo a multifacetam. Daí que o escapelo lógico dificilmente possa ser usado e que se tenha uma anatomia perfeita do fenómeno sob exame. Antes se deverá proceder por aproximações, recorrendo à inferência e até à intuição. Isso é ainda mais evidente na questão Médio Oriental e disso nos aperceberemos no decurso deste trabalho. Peço que perdoem de antemão o que afinal e no fundo só será aparente repetição, pois outra coisa não é que encadeamento de actos e situações.

A INTIFADA

A 9 de Dezembro de 1987, numa qualquer rua de Gaza um grupo de jovens, não tão inocentes como os querem pintar nem tão espontaneamente como isso, começavam a apedrejar os homens e veículos das Forças Israelitas de Ocupação e iniciavam um movimento activo de protesto que logo tomaria claro contorno de levantamento ou, em árabe, Intifada. A Guerra das Pedras iria transformar zonas inteiras de Gaza e depois da Cisjordânia e Jerusalém em verdadeiros campos de batalha. E o que, pelo inesperado numa população que parecia sofrer de uma fatalista inércia e pelo método usado, que em Jerusalém se quis crer inócuo e inoperante, e faz a muitos supor estar-se face a algo transitório que com uns bons açoitos loga se dissiparia, revelar-se-ia antes como explosão controlada de desespero tanto face ao israelita como ao irmão árabe que um mês antes, na Cimeira Árabe de Amã, tratara a Causa Palestiniana como quantidade insignificante e relegara Arafat ao «rang» de impetrante sem credenciais e sem interesse ou prestígio para partilhar.

Muitos observadores se têm perguntado porquê só vinte anos depois da ocupação se daria tal levantamento. É evidente que todas as causas têm que ganhar «momentum», como a água que não ferve antes de uma certa temperatura. Há razões objectivas, como o aumento demográfico. Há razões psicológicas como o verificado desprezo árabe em Amã; há a crença de que a OLP se envolve demasiado em intrigas de facções; há ainda o fanático dinamismo da falange integrista. Mas há também o acúmulo de humilhação que tem seu tempo para, como tumor maligno, rebentar em ódio. Humilhação por vezes apenas temperada quando há chefes como o Brigadeiro-General Ephraim Sneh. É significativo relacionar como mudaram os processos das forças de ocupação depois que o general resignou do cargo de administrador civil do «West Bank» em Setembro de 87 e a data do levantamento. São pormenores como esse que marcam o «momentum» na história das sociedades.

Durante 20 anos houve uma quase aceitação dos factos da ocupação mesmo se vexatórios, alienantes e atentatórios da dignidade humana. Mas foi demasiada a acumulação e a pressão rebentou. A juventude influenciada e enquadrada pelos fundamentalistas lançou-se à rua e a resposta de Israel forçou e alimentou a resposta palestiniana.

Há variados imensos aspectos que a Intifada apresenta mas que aqui não caberá examinar pela relatividade do tempo. Salientarei apenas alguns que aparentemente mais importam para a definição do quadro em que ela se desenvolve e para as condições que poderão um dia levar ao único tratamento adequado do levantamento, quero dizer o tratamento político. A Intifada não foi ou é feita pela pequena burguesia tradicional dos territórios ocupados, mas por gente dos campos de refugiados. Daí que os campos passem a ter particular importância nesta fase da luta, tanto mais importante quanto oferecem medalha diversa dos campos de Sabra e Chatila ou «Mye-Mye» e Ain El Héloue em Beirute ou Saíde, onde os palestinianos sofrem a acção, enquanto aqui, nos Territórios Ocupados, são palestinianos que a impõem e lhe marcam o ritmo. A repressão individual ou as sanções colectivas, estas últimas em particular, rapidamente radicalizaram os palestinianos, e os espancamentos indiscriminados, as prisões, a destruição de casas e estabelecimentos, as deportações, não só se revelaram alimentadores do incêndio e não susceptíveis de o apagar, mas faziam abalar, como com as exacções das tropas de Ariel Sharon no Líbano, em 82, os alicerces morais da nação is-

raelita e passavam a dar de Israel uma imagem que com o tempo poderá ser de efeitos irreversíveis.

Israel ensaiou várias estratégias para tentar controlar e depois esmagar os manifestantes activos nos Territórios Ocupados: foram as deportações, o isolamento primeiro dos campos e depois de todo o espaço dos territórios. Foi o corte de água e da electricidade por intermitência nos campos de Mugaze e Bourej, os espancamentos indiscriminados de casa em casa.

As sanções colectivas causaram grande perturbação no lado israelita, em especial nos que as tinham de aplicar, e levaram a uma acção mais cerrada por parte dos elementos da OLP do interior, de formação islamista e não laica, que ordenaram a acção em zonas ainda não infectadas. O que levaria homens respeitáveis como o General Dan Shomron a reconhecer poderem as sanções colectivas tornar-se o fermento de novas confrontações.

A permanência da Intifada explica-se um pouco nisso que venho de mencionar.

Ao atingir os 100 dias, a sublevação em gaza e «West Bank», que começara por ser uma confrontação entre atiradores de pedras e jovens soldados do Tsahal, transformou-se numa permanente global confrontação intercomunidades, entre árabes e judeus, com cada um dos dois lados determinado a causar o maior mal ao outro, com cada lado disposto a usar o adversário. Se os israelitas afirmam com Itzhak Rabin, em sessão do Gabinete, «posso garantir que o Exército não será o primeiro a cansar-se», os palestinianos por seu turno recusam o cansaço e o abater dos braços. Ao contrário, como afirmava um especialista em ciência política do «West Bank», a Intifada reforçou o sentido de identidade palestiniana, de unidade, acrescentando que, como a mulher de Lot, já não podem olhar para trás, a única alternativa é ir para diante sempre. E no dizer de um dos mentores da resistência não violenta ao «Jerusalem Post», as sanções colectivas só têm contribuído para fortalecer moral e espiritualmente e unir os palestinianos.

Em fins de Março, panfletos e outras formas de comunicação incitavam à escalada dos ataques contra os soldados israelitas. Por essa altura já somavam 109 os mortos palestinianos.

Em Janeiro de 1988 Helena Cobban e Yagil Weinberger escreviam que a menos que Israel fosse forçado a cambiar a aproximação à questão palestiniana, a extrema-direita provavelmente ganharia significativa posição nas eleições legislativas do Outono o que só concorreria para alicerçar

a estratégia da violência entre as duas comunidades nos Territórios Ocupados. Não poderiam ser mais proféticos.

Esses autores alimentavam, por outro lado, a ideia de que estaria a emergir nos Territórios Ocupados uma nova casta de dirigentes que, mesmo se afiliada à exilada OLP, ainda assim constituiria uma nova força de diálogo que deveria ser utilizada para o contacto e negociação com as autoridades de Telavive, para as fazer sair da terrível contradição que é a de se serem uma sociedade justa e pura e ocuparem, ao mesmo tempo, terra alheia e dominarem populações que não lhes pertencem de direito desde há 20 anos e contra resoluções presentes e anteriores do Conselho de Segurança.

Mas como resolver a contradição entre essa necessidade e o triunfo de facções que radicalmente a repudiam?

Por isso alguém escrevia, alguns meses atrás, que a Guerra das Pedras começara não a 9 de Dezembro de 1987, data em que se registava o acontecimento da primeira pedra arremessada contra as forças do Tsahal, mas há vinte e um anos, quando, na onda da guerra de 1967, Israel ocupava a Cisjordânia e a faixa de Gaza e depois território da Síria nos altos de Golã.

A Intifada fez aprofundar um movimento de palestinização surdo e obscuro no interior que, como já se viu, só esperava o momento óptimo da mistura de ingredientes económicos, sociais, políticos, para se radicalizar.

O fenómeno da Intifada obriga desde logo a duas ordens de reflexões: uma respeitando a representação palestiniana; a outra Israel.

Simplesmente enganavam-se os que pensavam que ao Levantamento das Pedras e à aparente confessionalidade dos seus primeiros tempos se sucederia o esbatimento e depois o apagamento de Yasser Arafat e uma diminuição do poder e importância da organização OLP em favor ou dos integristas ou de organizações mais aguerridas porque declaradamente extremistas como as de Abou Nidal, de Ahme Jibril ou a FSNP de Abou Moussa, baseadas em Damasco. Era não conhecer o homem Arafat. Por outro lado se houve radicalização vertiginosa ela deu-se no encadeamento político dos acontecimentos e não exactamente no sentido mais caro às organizações extremistas — recordar-se-ão aqui, a propósito, as insistências de Arafat, obedecidas como se sabe, para que os sublevados não recorram ao uso de armas de fogo. O beneficiário seria a «clássica» organização OLP e os seus órgãos, em particular o CNP depois da «evacuação» de Amã do «West Bank» e a dissolução do Parlamento Jordano que tinha, como se sabe, representação avultada da Cisjordânia.

A certa altura quis-se fazer ver em Israel que a OLP estaria a ser posta em causa pela Intifada. Esta seria a explosão espontânea dos jovens desesperados do interior dos TO, mais precisamente dos campos de refugiados que não reconheceriam nem obedeceriam à central palestiniã. Em Jerusalém quase se saudava o levantamento porque retirando representatividade à OLP logo a arrumava, e por iniciativa e feito dos próprios palestinianos, como intercutor para as conversações a que o mundo exterior pressionava: ausência de interlocutor, logo não necessidade de conversações. Itzhak Shamir e os seus podiam descansar.

Pouco a pouco se foi tendo a afirmação do contrário. Haverá uma direcção clandestina do levantamento, estruturada já em comités locais. Mas foi-se sabendo que a OLP continuava a ser o ponto fulcral de referência.

O assassinato de Abu Jihad lançaria os Territórios Ocupados numa jornada de violência — os chamados oito dias da raiva — que foi sem dúvida a mais mortífera, lembrando duas coisas aos israelitas: primeiro que a OLP ali está presente e onnipotente, e, segundo, que as represálias — o assassinato teve por razão responder ao ataque do autocarro de Dimona, no deserto de Negev — têm agora, e por sua vez, respostas mais complexas e já dentro de portas.

A primeira ideia que se podia assim tirar, depois de dez a doze semanas de Intifada e da necessária decantação, é que nada seria como dantes. Para já a OLP não mais poderia ignorar os palestinianos do interior — coisa que o aparelho da OLP tinha tendência a acentuar — em termos de organização, planeamento e decisão. E que agora a Central teria que manobrar com acrescida atenção através dos acontecimentos, de que não é exactamente a inspiradora. Mas nisso ela é exímia: não se viu Yasser Arafat indeciso a certa altura — mas logo se recompôs — sobre se, face ao ímpeto do movimento, não deveria pedir a revogação da Declaração do Cairo, por ele assinada em 1985 no auge da tentativa de aproximação ao Rei Hussein e do fabrico da plataforma jordano-palestiniã, pela qual Declaração do Cairo a OLP se comprometia a abandonar a luta armada fora dos territórios ocupados? Felizmente que o não fez, pois nisso vai mais o sinal da Intifada.

Por outro lado, não se pode esquecer que a OLP dispõe de uma estrutura que os insurrectos do interior não estão em medida de reproduzir, para além da flexível articulação, que souberam imprimir, dos diferentes grupos de militantes em comités locais volantes dotados de grande auto-

mia da acção e constituídos por representantes dos Fath, da FPLP e do PCP. Enquanto isso a organização no exterior coordena o apoio ao movimento no plano financeiro e diplomático. Mas senhora de uma longa experiência, a organização esquivou arvorar-se, de uma maneira geral, em directora e orientadora da acção dos comités no interior. Constitui aliás um mistério muito bem resguardado até hoje a articulação da OLP e dos comités com a esquiva mas eficaz direcção unificada da Intifada.

Há pois uma lição a retirar por Israel: a despeito das adaptações tácticas, a verdade clara e insofismável, e provada em substância em distintos lugares e ocasiões, é que não há palestinianos em termos de organização e enquadramento sem a OLP.

Qualquer saída depara com o obstáculo OLP e com Arafat, uma e outro reciprocamente manietados. Arafat não pode avançar demasiado no caminho da moderação, se não recorde-se o assassinato de Sartawi em Montechoro, mas a organização, pese o extremismo de alguns, não pôde ainda passar-se de Arafat.

Esta uma constante do conflito palestiniano-israelita. A outra a intransigência de Israel, em parte justificada pelas atitudes obstrucionistas árabes e as acções que fizeram a tradição terrorista da Central.

A outra reflexão concerne Israel.

A Israel chegou a hora da desestabilização. Poderão as forças armadas despachadas para a direita e esquerda, ao Sul, a Leste ou Nordeste, dar a ideia que nada há que realmente faça periclitir o poder israelita, mas a doença lá está a minar um corpo que começou a deteriorar-se em Junho de 82 aquando da invasão do Líbano e a ocupação de Beirute, sob a mão de um radical Ariel Sharon.

O estranho é que ao mesmo tempo que se crê e se afirma que a sublevação, pela agudização que troxe à situação dos Territórios Ocupados, está concorrendo para a criação das condições propícias à negociação, também há quem sinta que essa solução se afasta cada vez mais e que nada há a esperar se não a constante obsessão da segurança e o cortejo de chocantes medidas para a garantir. Mesmo se isso custa ter dez vezes mais soldados para manter a ordem nos Territórios Ocupados e se ao lusco-fusco é mais prudente para um israelita manter-se afastado das ruas.

Mas, mesmo assim, cabe partilhar as perguntas de Richard Cohen no «Washington Post»: que custo está Israel preparado para pagar para manter

Gaza e a Cisjordânia? Até onde pensa ir Jerusalém para negar aos palestinos a sua própria pátria?

Para a maioria dos Israelitas, a opção parece fixada: resistir, não ceder, não ir para comprometimentos. Mas estará isso na medida do povo israelita, feito de memórias de expulsões, «progroms», massacres, guetos, conversões à força e, a derradeira prova, o holocausto? Ou será, pergunto eu ainda, que esse povo sofredor já o corrompeu a vilania da tortura e da execução sumária, do poder e do abuso que inebria, desde a malfadada jornada da invasão que levaria Ariel Sharon e Eytan até Beirute em 1982, e ao caso de triste memória de Sabra de Chatila, para que todo o passado se desvanecesse, aquele passado de perseguição que o levou a aspirar e a criar o segundo estado democrático na região, sendo o primeiro o do Líbano?

Por isso a Guerra das Pedras teve vários méritos e o não menor o de agitar as consciências de muitos israelitas, mesmo no interior do Likud, mesmo se a tendência geral aí é no sentido da negação de qualquer abertura. Foi o caso de Shlomo Lahat, «mayor» de Telavive, que declarava serem os Territórios Ocupados um fardo que importaria alijar, não o amedrontando enunciar o princípio da devolução da Cisjordânia à Jordânia, à exceção de Jerusalém, e os Golã à Síria.

E Moshé Amirav, da Comissão Central do Likud, chegava mesmo a falar, já em termos de representante de uma tendência dentro do partido, da necessidade de diálogo com personalidades próximas da OLP.

Esta agitação de consciências também abriria divisões dentro do Partido Trabalhista: a Intifada logo acentuaria velhas feridas entre Shimon Peres e Itzhak Rabin, este advogando como Ministro da Defesa, a única linguagem da manutenção da ordem pelo uso da força sem qualquer mínima concessão. Não foi Rabin a declarar em Janeiro de 1988 que «a primeira prioridade é o uso da força. Poder é bater», posto que espancar aparecia aos olhos dos defensores da ordem como mais eficaz do que as detenções. Publicamente se debateu o mérito da solução: se se prende um manifestante ele estará em liberdade de novo em 18 dias. Ao contrário, se se lhe parte a mão não poderá arremessar pedras antes de mês e meio.

Para Rabin qualquer movimento na questão palestina só poderá iniciar-se depois de esmagada a Intifada.

Desde o início que se pôs a pergunta a muita gente: a estratégia da violência, que Rabin tanto preconiza, tratá a tranquilidade aos Territórios Ocupados? E será possível que alguém conceba e defenda que pela violência indiscriminada do estado se abra a porta à negociação política? Rabin deu a imagem clara da cegueira em Janeiro do ano passado, quando, depois de uma ronda no «West Bank», declarava que ali não vira parceiro com que abrir uma negociação. Esquecia duas ordens de coisas. Primeiro, a nova realidade da Intifada e dos que interiormente a organizam. Segundo, a realidade já antiga dos notáveis palestinianos, como Hana Seniors, editor do «Al Fayr», de Jerusalém, ou Sari Nousseibeh, da Birzeit University, ou Freij de Nablouse.

Um intelectual como Seniors declarava por essa altura que visionava uma associação entre Israel, Jordânia e palestinianos no tipo do Benelux, com uma zona desmilitarizada com o Luxemburgo. Tal declaração não podia ser mais moderada, e também irrealista. Mas aqui o que importa salientar é a existência de um tipo de interlocutores moderados que poderão fazer a ponte com a OLP e com os insurrectos. E Rabin, um trabalhista, parecia inamovível no descartar e desconsiderar essas cartas preciosas do interior dos territórios.

Se se têm à partida povos da mesma raiz — pois o que são os israelitas senão gente da Palestina como os da Jordânia, da OLP, dos campos miseráveis de Saíde, ou de Beirute Sul —, também se têm decénios de sujeição, de humilhação e de desconfiança.

Os palestinianos, para além do sonho Seniors, só querem acabar com a ocupação.

Mas não se vê como isso se fará pelos tempos mais próximos, com a obsessão que se tornou para os israelitas a gestão da segurança.

DA INTIFADA À CIMEIRA DE ARGEL. RENASCIMENTO DA OLP

Como escrevi noutras ocasiões, Yasser Arafat é homem de variados epitáfios, renascendo porém de cada um mais forte e mais determinado. Isso se deu a seguir à invasão do Líbano e à expulsão de Beirute da direcção política e militar da OLP, agravada depois com o esmagamento do Fath em Trípoli, frente à acção conjugada do exército sírio e das milícias que lhe são afectas.

Deu-se, por exemplo, depois que a valsa hesitação de Arafat acabou por torpedear o acordo de Fevereiro de 1985, de Amã, para uma plataforma jordano-palestiniense com vista a negociações com Israel, na base da troca de terras pela paz. Depois da Cimeira árabe, de Amã, de Novembro de 1987, parecia que a OLP e Arafat estavam de facto definitivamente arrumados. Já disso Israel se regozijava. Gerava-se a ideia, em Telavive, de que a intransigência e a dureza pagam juros, posto que Arafat, e com ele a Causa Palestiniense se viam relegados a posição secundária, senão ínfima no conclave árabe.

As massas humanas dos campos de refugiados de Gaza, e depois da Cisjordânia, sentia-se traídas com a quase total ignorância, senão desprezo, da Cimeira de Amã pela causa e a sorte do povo palestino, e aparentemente num impulso da hora, sem preparação, lançaram-se no ataque desarmado contra o ocupante. E a causa, que já o inimigo em Telavive ou os pretensos irmãos árabes nas capitais circundantes tinham por moribunda, renascia, e Arafat e a OLP cresciam para uma estatura que talvez antes jamais terão assumido, mesmo quando Arafat imperava em Beirute por cima do Governo Nacional do Líbano.

E passados apenas seis meses sobre a Cimeira da indeferença, a de Amã, em que foi apenas condescendentemente tolerado, Yasser Arafat tem pela frente uma outra cimeira, agora em Argel, convocada unicamente para lidar com a Intifada e as suas implicações. Arafat vai exigir que os 20 estados árabes anunciem publicamente o apoio à Intifada, garantam o lugar da OLP em toda e qualquer conferência ou negociação internacional que eventualmente venha a ser convocada e que reiterem a OLP como único legítimo representante do povo palestino. No plano financeiro, Arafat propõe-se não aligeirar a pressão sobre os estados árabes para que mantenham o fluxo de subvencionamento da organização (a OLP queixar-se-ia que alguns estados não teriam fornecido até agora senão parte ínfima, 5 por cento do que haviam prometido).

Há quem adiante, Jordânia e Síria, por exemplo, e embora por distintas razões, que Arafat ainda não conseguira transformar o levantamento em instrumento susceptível de forçar o diálogo com Israel e os Estados Unidos (a Síria não usaria a mesma linguagem, pois falaria de forçar não o diálogo mas a evacuação dos territórios).

A reunião do Comité Central da OLP em Janeiro de 88 — que deveria ou pronunciar-se sobre o lançamento de um governo provisório, ou no exílio, ou decidir se seria antes de enveredar pela declaração de incondicional reconhecimento do direito de Israel a existir, com isso retirando-lhe argumento para não discutir o caso dos Territórios — ficou-se afinal pela declaração de apoio à Intifada, no que parecia dar razão a Hussein e Hafez Al Assad. Mas não se deveria ver aí uma fraqueza da direcção da OLP, antes o propósito, bem pensado, de não lançar a sua própria iniciativa de paz — sempre susceptível de provocar fortes tensões nas facções duras da Central Palestiniana — no membro em que viria a ter pela frente o vazio das administrações americana e israelita já em período de preparação de eleições. Deveriam Amã e Damasco antes chamar a atenção para o facto de que foram precisos sete meses de sublevação nos Territórios Ocupados e mais de 200 mortos para que os estados árabes se decidissem a considerar o caso, e isso até depois de insistente pressão da OLP. Mas já se conhecem as contradições árabes e o importante para Arafat foi que a Cimeira acabou por realizar-se com o número recorde de 17 Reis e chefes de Estado.

Yasser Arafat e os que lhe são afectos, dentro do CC da OLP, tiveram o cuidado de orientar os trabalhos da Cimeira ao proporem que fosse reanimado o plano de Fez, que tem o triplo mérito de haver saído de uma cimeira árabe, de haver merecido a aprovação de Moscovo e de haver sido julgado positivo por Washington por conter o implícito reconhecimento de Israel ao admitir o direito de todos os Estados da região à existência.

Arafat não podia esconder a sua satisfação a 9 de Junho de 1988, no termo da Cimeira. É importante debruçarmo-nos um pouco sobre essa Cimeira, não só em si mesma como por ter constituído o ponto de partida para uma decisão histórica na região com implicações determinantes para o desbravar de soluções.

No momento preciso da iniciativa de paz de George Schultz e em que Reagan e Gorbachev previam reunir-se para tratar, entre outros pontos, os conflitos regionais, A OLP viu-se confirmada no seu papel de único legítimo representante do povo palestiniano na condução da luta até ao estabelecimento de um estado palestiniano. E ao mesmo tempo confrontada com uma imprevista tremenda responsabilidade.

O levantamento popular foi objecto de resolução à parte. E a Cimeira saudou a vontade poderosa que anima o povo palestiniano para libertar os

Territórios Ocupados, exercer o direito ao retorno ao princípio da autodeterminação e estabelecer o estado independente sob a direcção da OLP, seu único exclusivo representante legítimo.

Os dirigentes árabes recordaram as resoluções adoptadas no decorrer dos anos e das várias cimeiras, designadamente na de Fez, em 1982, que previa a criação de um estado palestino independente depois de um período intercalar durante o qual a Cisjordânia e Gaza passariam sob o controlo da ONU.

Os Chefes de Estado presentes em Argel reafirmaram o apoio à convocação da Conferência Internacional sob a égide da ONU, na base da legalidade e das resoluções internacionais, apelando para a retirada de Israel de todos os territórios palestinos e árabes ocupados e garantindo os direitos inalienáveis do povo palestino. A Conferência deveria contar com os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança e com todas as partes no conflito, incluindo a OLP, em pé de igualdade e com os mesmos direitos das outras partes. Neste ponto a Cimeira adoptou a aproximação pragmática do Rei Hussein que preferia não se precisar desde logo os poderes exactos da Conferência — há aí grandes divergências entre as posições israelo-americanas e as árabes com a Síria à cabeça — e a forma sob que apareceriam constituídas as delegações.

Arafat, ao falar em Argel, afirmou que aos três «não» do Plano Schultz — não à autodeterminação, não ao estado palestino independente e não à OLP — a Cimeira respondera com três «sim».

Questão de grande interesse, pelo que depois, passadas apenas semanas, se seguiria em Amã, foi a frontal posição do Rei Hussein que, se reconheceu algum mérito ao Plano Schultz — ao contrário de Hafez Al Assad e Yasser Arafat —, logo denunciou as limitações congénitas das iniciativas americanas que, sendo ditadas no mais aceso das crises, usualmente se desfazem em fumo passada a crista da crise. Importante foi também o apelo do Rei ao apoio unânime dos Estados árabes à Intifada e à aceitação firme da OLP como único legítimo representante do povo palestino, quando até aí sempre havia oposto reservas. Logo se veria o que tinha em pensamento e até onde iria o seu desprendimento da causa palestina, atitude que não foi ditada pelo despeito, como alguns disseram, ao ver que os Chefes de Estado árabes presentes em Argel se mostravam demasiado ansiosos e

apressados em outorgar a total responsabilidade da Causa Palestiniana a Yasser Arafat.

Já antes, em Maio, o Rei Hussein deixara entrever o caminho que viria a seguir.

Veremos, a seu tempo, como nos meses seguintes se articulariam os «SIM» da reunião de Argel e os «NÃO», segundo Arafat, da tese George Schultz.

HUSSEIN ROMPE COM A CISJORDÂNIA. CORTADOS OS LAÇOS JURÍDICOS E ADMINISTRATIVOS

Pouco tempo era passado sobre a Cimeira de Argel, e quando muitos se interrogavam se não teria sido a reunião apenas uma outra manifestação oratória, sem grande impacte no plano das coisas concretas da guerra e da paz, o Rei Hussein da Jordânia tomava uma atitude que, baralhando todos os dados conhecidos, obrigaria os vários intervenientes directos e indirectos no conflito israelo-árabe a uma revisão profunda e rápida da questão.

Numa alocução radiodifundida do dia 31 de Julho de 1988 o Rei anunciava a quebra dos «laços legais e administrativos» entre a Jordânia e a Cisjordânia, com o que respondia, disse, aos desejos e à vontade da OLP, reiteradamente expressos, de se apresentar como o único legítimo representante do povo palestino. A medida espectacular, prenhe de consequências políticas, sociais e económicas, seguia-se à da anulação do plano de desenvolvimento a favor dos Territórios Ocupados já anunciada no dia 28, e à dissolução da Assembleia Nacional jordana, que se tinha por foro do povo palestino no interior, no seguinte dia 29.

O Rei afirmaria que a Jordânia não é a Palestina e que por conseguinte o estado palestino independente será estabelecido na terra palestina depois que se liberte da ocupação israelita. Insistindo que a Jordânia nunca em nenhum caso quis substituir-se ao povo palestino e não formulara jamais qualquer reivindicação sobre a terra palestina, pôs entretanto de sobreaviso contra qualquer tentativa de desestabilização dentro da Jordânia (cabe sempre lembrar que 60 por cento da população do reino é palestina) e assegurou que será reprimida qualquer ameaça contra a unidade nacional jordana. E não são vãs palavras se se recorda a repressão que ficou conhecida pelo Setembro Negro. Afirmou que a Jordânia continuará a participar no pro-

cesso de paz, mas só e apenas no plano e ao nível dos demais estados árabes interessados. Passados que não eram três meses e era feita drástica revisão deste último ponto, como logo veremos.

Se a decisão real é uma resposta, e um não menor desafio à OLP e aos demais estados árabes, ela é antes de tudo mais o primeiro grande resultado da Intifada. Muitos, quase toda a gente se interrogava sobre o seguimento da sublevação: uma guerra de usura permanente sem qualquer objectivo à vista que não fosse atacar o adversário? Ou haveria uma qualquer alternativa? A decisão jordana, tomada na consciência clara pelo Rei de que a Intifada não era só dirigida contra o ocupante israelita, mas em parte também contra o responsável pela Administração da Cisjordânia — e nessa clarividência o monarca prevenia o futuro —, obriga, como se disse, à total revisão de posições e põe frente a frente sem intermediário, e também sem subterfúgio ou escapatória ilusionista, os dois povos que lutam por terra e legitimidade sobre ela: os povos palestino e israelita.

É certo que os palestinos já se viam mais na OLP do que na Jordânia. Mas esta era, até 31 de Julho, parte jurídica e política e social no drama. Agora o descomprometimento, a par de todas as consequências práticas — passaportes, exportações, pagamento de salários, tutela das instituições sociais, e das escolas e universidades, etc. —, põe totalmente, e pela primeira vez na história da organização da diáspora através da central OLP, nas mãos desta última a responsabilidade não por células terroristas, não por hostes guerreiras sem campo de batalha, não por campo de refugiados, mas por uma sociedade civil organizada em moldes correntes e normais de existência diária, certamente muito difíceis para quem só tem sido perito em questões de clandestinidade e subversão.

O anúncio causou geral estupefacção, e as palavras perplexidade, desconcerto, perturbação e inquietude liam-se nos comentários em Telavive e em Nablouse, em Washington e na imprensa da Europa.

Os trabalhistas viram na decisão real um golpe na política que sempre haviam preconizado desde os tempos de Golda Meir, ou seja a opção jordana. Para Itzhak Shamir o descomprometimento proclamado pelo monarca e a advertência contra toda a tentativa de pôr em causa a nação hachemita, de maioria palestina, confirmavam o que sempre pensara e defendera: que o conceito de nação palestina é uma perfeita invenção árabe para justificar a guerra e os propósitos anti-Israel.

O Rei Hussein, depois das primeiras reacções nervosas de várias partes, reafirmaria a disponibilidade do seu país para tratar e cooperar com a OLP, e já a meados de Agosto uma delegação da OLP chegava a Amã para conversações que se desenrolaram em clima útil.

Arafat teria podido explorar pela negativa a atitude jordana, que, sendo antes de toda outra consideração uma verdadeira e corajosa definição política, não deixava de ter, como já se disse, o seu elemento de desafio geral, à OLP e a Israel, aos americanos e aos irmãos árabes.

Arafat preferiu jogar pela moderação e num espírito construtivo. Daí as imediatas conversações de Amã e a quase total ausência de reacção pública emocional.

Mas os trabalhos de Arafat e da OLP não são só o de concerto e entendimento com Amã. Há uma imagem perante o mundo que tem de ser refeita e esta a ocasião. Perdê-la poderá ser irremediável.

Se a OLP sente a necessidade urgente de preencher o vazio jurídico e administrativo que a decisão de Amã criou no «West Bank» — e Ariel Sharon atento já quis, como única resposta à atitude do Rei, pressionar o Primeiro-Ministro Shamir a anexar pura e simplesmente o território —, há porém que prepará-lo e esperar que o CNP assuma o seu papel ao decidir sobre a crucial questão da proclamação da independência e da formação de um governo no exílio, ou governo provisório.

Mas não há decisões estanques e isoladas, antes um entrosamento que comporta quatro capítulos fundamentais: o reconhecimento de Israel; a lei fundamental palestina; a declaração da independência; e o governo provisório ou governo no exílio.

Sobre estes temas básicos e a maneira como serão analisados, tratados e digeridos e depois concretizados, já então se dizia que dariam da OLP e do CNP a medida da resposta dos palestinos ao desafio do Rei Hussein: se serão objecto de ambiguidade e tergiversações, como no passado, ou se serão tratados antes com espírito e grandeza de estado.

Teve-se um primeiro indício público, e perante conclave respeitável como é o Parlamento Europeu, do que poderia ser a resposta da OLP, isto é, resposta responsável.

Foi indício algo tímido, não suficientemente concreto para que os deputados europeus pudessem dizer-se depositários da primeira verdadeira manifestação de Arafat como entidade política totalmente responsável

face à nova situação criada com o fim do Reino Árabe Unido de Hussein da Jordânia. Mas talvez não pudesse ser de outra forma, se se pensa que os órgãos palestinos estavam então em pleno debate preparatório para a sessão extraordinária do CNP e havia aí que acautelar as arestas vivas das facções mais extremistas de Habache, Jibril ou Hawatemeh.

Se não houve ali um reconhecimento explícito do Estado de Israel e não se pôde ainda esvaziar essa eterna questão, já Yasser Arafat pôde dizer que estendia a mão ao inimigo para fazer a paz, ao mesmo tempo que desdobrava perante os deputados exaustiva listagem das iniciativas políticas da OLP. E falou da aceitação das Resoluções 242 e 338, se acopladas com o reconhecimento dos direitos legítimos do povo palestino, a começar pelo da autodeterminação, e o da aceitação do princípio da Conferência de Paz nos termos propostos pela parte árabe e a União Soviética, ou seja a evacuação das forças israelitas dos Territórios Ocupados em 1967, a sua entrega à Administração das NU ou a uma força europeia sob controlo internacional por um período limitado. E isso tudo evidentemente acompanhado do reconhecimento pelos EU e por Israel da parte palestina como interlocutor válido, e o abandono da busca de ficções que tem sido tarefa de Israel no passado.

Há aqui um ponto de interesse e que é o de Telavive não esconder a apreensão face aos ganhos diplomáticos que a Central Palestiniana e Yasser Arafat vinham conseguindo desde que se desencadeara o levantamento nos Territórios Ocupados.

No Outono escrevia, a esse propósito, que são esses ganhos diplomáticos que se espera Arafat saiba contabilizar no bom sentido, para que as reservas que alguns, Washington e Jerusalém, têm levantado à sua pessoa se dissolvam perante uma renovada estatura de estadista. Nisso vai a sorte e o destino de milhões de pessoas na região tão martirizada do Médio Oriente.

PALESTINIANOS E ISRAELITAS — O IRRECONCILIÁVEL?

Homens como Shamir, Eytan e Sharon, obsessionados com a sobrevivência do Estado de Israel e daí propensos à cegueira Política e a não considerarem senão o que se ajusta às teses extremas que perfilham, deviam mesmo assim prestar atenção a certos indícios, aos sinais vindos de lados vários e que dizem que a questão palestina não pode ser descartada.

Dir-se-á, e com forte razão, que tão-pouco o lado árabe, e em primeiro lugar a OLP, têm dado provas de flexibilidade política necessária.

E uma intolerância, para mais activa, chama o activismo da outra intolerância.

Com efeito foram os árabes a proclamar gritantemente a tese dos «três não» quando na Cimeira de Khartoum, em fins de 1967, a seguir a mais uma guerra israleo-árabe, disseram: «não à negociação, não à paz e não ao reconhecimento».

E no mesmo pé se manteria inabalável a Central Palestiniana, pois quando fazia crer que aceitava certos arranjos, como a plataforma jordaniano-palestiniana de Fevereiro de 1985 architectada por Hussein na expectativa de negociações com Israel e os EU, continuava a passar ao lado da questão vital do reconhecimento do Estado de Israel.

Dizia antes que os conservadores e extremistas do Likud e afins deveriam prestar atenção a certos sinais com vista a uma global e não enganosa aproximação da questão da nação palestiniana.

Primeiro foi o desprezo com que trataram a Intifada, tendo-a por arruaça de adolescentes que depressa se esvaziaria. Depois foi a inicial reacção do Primeiro-Ministro Itzhak Shamir ao descomprometimento do Rei Hussein em relação à Cisjordânia. Nessa ocasião o Primeiro-Ministro israelita ironizava sobre a ficção da existência de um povo palestiniano.

Os sinais a que aludia e que devem fazer reflectir sobre a textura da nação palestiniana, e evitar a ligeireza na aproximação ao problema, foram dados, por exemplo, por ocasião da «Guerra dos Campos» no Líbano. Guerra trágica que opôs as forças do AMAL de Nabih Berri, afectas a Damasco, e as da OLP, primeiro nos campos de Sabra e Chatila e depois nos de Bourjel Barajneh ainda em Beirute, e nos de «Mye-Mye» e Ein el Héloué já no Sul, ao lado de Saíde. Hazer al Assad, que exigia de Nabih Berri e do AMAL que esmagasse o que restava do FATH no Líbano (recorde-se que o Presidente Assad foi virtual aliado dos israelitas de Ariel Sharon e Eytan na operação de expulsão do Líbano de Arafat e da direcção militar da OLP em 82 e 83), empurrou para a luta a FSSP, do coronel Abou Moussa, dissidente do FATH, encarregado pelo presidente sírio de formar uma espécie de organização que pudesse vir a constituir uma alternativa à Central Palestiniana liderada por Arafat.

Ver-se-ia então o dissidente Abou Moussa ordenar às suas baterias alinhadas no Aley, nos contrafortes do Chouf, que metralhassem não os campos palestinos como lhe fora encomendado, antes bombardear as hostes do AMAL, que era presumido ajudar no seu movimento de tenaz aos campos de Sabra e Chatila. Esse facto, de desobediência às ordens de Damasco, que entre outros concorreu para que «a Guerra dos Campos», iniciada em Março de 1985, se prolongasse por cerca de três anos no meio do maior horror e miséria das populações civis palestinianas envolvidas, teve por impulsor o sentimento de nação que primou por cima do ódio das facções, da rivalidade que opõe Abou Moussa e Yasser Arafat, por cima mesmo do risco de com tal indisciplina poder ver-se Abou Moussa privado do apoio de Hafez Al Assad, sem financiamento e abrigo para si e para os seus homens. Essas considerações não pesaram na percepção que teve da ameaça que pendia sobre o povo palestiniano na sua integridade, acima de divergências políticas e de lutas de poder.

O «Levantamento das Pedras» que foi tão ligeira e inconscientemente menosprezado por homens como Itzhak Shamir e Itzhak Rabin — e não se viu e escutou Ariel Sharon, quando esperava recuperar o lugar de ministro da defesa no novo governo Shamir, afirmar que se fosse ele o ministro da defesa, a Intifada teria sido esmagada em dois dias — constituiu um marco fundamental na unidade palestiniana, talvez o marco que fixou a viragem histórica nas concepções, processos e objectivos não só dos órgãos reconhecidos do povo palestiniano, mas deste mesmo no que se tem por expressão integrada de uma colectividade humana que pela dispersão da diáspora, a exploração, miséria e humilhação sofridas às mãos de inimigos e ditos irmãos, se sentia esquartejada e perdida.

E representa ainda o desmentido concreto, diariamente reafirmado na guerra, na morte e no sofrimento, da tese segundo a qual a questão palestiniana pode ser ignorada ou de que se dissipará com o tempo, tese cara a certos falcões de Telavive.

É pois uma noção e uma realidade com que Israel e a sociedade internacional terão de lidar e conviver.

E se há muitos palestinianos como Edward W. Said do CNP — que o Secretário de Estado George Schultz chamaria ao Departamento de Estado para consultas antes do seu vai e vem de meados de 88 ao Médio Oriente na esperança de fazer valer o plano de paz norte-americano — que se admitem

concientemente já não ser possível voltar atrás, isto é, à época anterior à implantação do Estado de Israel — logo a admissão implícita da existência do mesmo —, também afirmam que nem Israel nem os Estados Unidos podem manter a ficção da não existência da nação palestiniiana e da não representatividade da OLP e dizem ainda esses palestiniianos de dentro e de fora dos «Territórios Ocupados» que a paz tem de ser negociada com a nação palestiniiana, através dos representantes que escolha e não dos que lhe queiram impor. Veremos depois como a parte americana o entendeu.

Essa afirmação nacional e o reconhecimento de que os palestiniianos são parte principal implicam mudanças de atitude, de linguagem, de processos e métodos, e é por isso que vemos já responsáveis políticos do Conselho Nacional Palestiniiano a proclamarem-se em plano bem distante do da Cimeira Árabe de Khartoum de 1967. Onde se erguia a barreira dos «TRÊS NÃO», agora admitem estar em posição de dizer sim a negociações directas, sim ao reconhecimento de Israel, sim à paz e a fronteira seguras, desde que esses SIM se encontrem com outros SIM do lado de Israel.

Permitir-me-ão aqui um pequeno parêntesis para reflectirmos sobre uma frase de há pouco. Um membro do CNP admite publicamente nas páginas do «Washington-Post», e antes nas conversas com Schultz, que os palestiniianos estão prontos a dizer sim a conversações directas. Mesmo sem esquecer que tal posição não é ou foi ainda assumida pela OLP e logo a não compromete, e tendo consciência de que a amálgama que é a Central Palestiniiana comporta partidos e formações de todo o cariz — incluindo o extremista como sejam os movimentos de Habache e Ahmed Jibril ou que sempre se opõem a todo o compromisso e já se incompatibilizaram com Arafat pelo que tiveram como cedências em 1985, face a Hussein da Jordânia —, representa tal afirmação uma viragem fundamental na aproximação política ao problema. Recordar-se-ão que um outro parceiro árabe foi levado ao banco da ignomínia árabe quando ousou negociar directamente com Israel. O Egipto só agora, e depois da Cimeira do Outuno de 1987 em Amã, vai saindo do limbo a que foi remetido com esse gesto de extraordinário e esclarecido realismo. Recordar-se-á ainda que os esforços, em 1985, do Presidente Ronald Reagan e do seu emissário Richard Murphy falharam redondamente, assim como os Shimon Peres então Primeiro-Ministro de Israel, porque tanto este país como os Estados Unidos — se hoje são já a favor da

convocação de uma conferência internacional de paz para o MO, e isso graças ao bom entendimento surgido entretanto e desde o Outono de 1986 com a URSS, naquela altura alinhavam indefectivelmente com as teses israelitas — só admitiam conversações directas, tese que na altura descartava por impossível mesmo um conciliador pró-ocidental como o Rei Hussein. A OLP por seu turno nem admitia a hipótese, mesmo a facção mais moderada e propícia a algum tipo de conversações.

Falei há pouco de viragem, e de facto estamos aí perante algo que seria irónico se não contivesse o fermento da tragédia.

Como em Março último muito bem observava Anthony Lewis, árabes e judeus cambiaram posições, mesmo se umas e outras se oferecem dentro de si mesmas com variadas facetas e matizes.

Conhecem-se os episódios e as emoções que precederam ou acompanharam a formação do Estado de Israel. Nesse dias, distantes já de 40 anos, os históricos de Israel propunham negociações directas com os vizinhos, sem condições. Os chefes árabes recusaram desde esse primeiro momento encontrar-se ou falar com qualquer responsável israelita. Aliás não lhes reconheciam a existência. Vêm desse tempo os mapas que ainda hoje se vendem em Beirute ou Damasco em que é demarcada a antiga Terra da Palestina, como tal designada e sem a mínima menção ao Estado de Israel de antes ou depois de 1967, ou seja as fronteiras de 48 ou essas mais o espaço ocupado depois da guerra de 1967, Gaza, Sinai e «West Bank» e os altos do Golã.

Havia nessa altura em Israel quem, com responsabilidades, advogasse de novo a abertura de negociações destinadas a estabelecer as modalidades de devolução dos Territórios Ocupados. Disso falava também a resolução do Conselho de Segurança. A devolução seria feita em troca de paz e segurança. De novo a rejeição por parte dos árabes, e é dessa época a Cimeira dos «TRÊS NÃO», a de Khartoum.

Mas aí inscrevia-se já, em termos de recusa e bloqueio frontais, a incapacidade de Israel para por seu turno tornar a rejeição visceral que sente e a opõe à OLP e a Yasser Arafat, sob o pretexto, em parte compreensível, de se tratar de um chefe e de uma organização terroristas, de negarem os palestinianos a existência do Estado de Israel e logo o repúdio da Resolução 181.

Estava-se, ao que parecia, num impasse insolúvel. Seria preciso um golpe de teatro para o abalar e desbloquear. Deu-o o Presidente Anwar Sadate com a viagem a Jerusalém em 1977. Estava-se aí numa primeira fase operacional das proposições fundamentais israelitas. Precisamente a obtenção de paz contra a entrega de terra. O Acordo de Campo David, como tratado de paz, punha termo ao estado de guerra e marcava a retirada de Israel do Sinai. Depois da fronteira Sul, Israel tentou numa segunda fase garantir-se a do Norte ou parte dela. No rasto da invasão do Líbano, de 1982, e da peculiar eleição de Ismael no Outono desse ano, negociava-se o Acordo de Naqura de 17 de Maio de 1983, que deveria se de paz entre os dois estados. Telavive esqueceu-se de associar a Síria, outro estado do Norte-Nordeste. E Damasco fez o que se sabe através das milícias de Walid Joumblatt e Nabi Berri e doutras forças como o PSS. E Ismael teve de arquivar o acordo de 17 de Maio e compor com as forças nacionais.

Parecia que de novo o muro da intratabilidade se erguia entre os vizinhos no Médio Oriente. Mas a pouco e pouco foram-se reconhecendo algumas brechas. Arafat, isolado, longe do campo de acção posto que catapultado para Tunis e com parte dos órgãos da OLP em Bagdade, acede a partilhar a ideia do Rei Hussein de uma plataforma negocial com americanos e israelitas no quadro de uma conferência internacional. Persistem reservas, a Síria clama traição, a OLP está dividida e não secunda na sua totalidade a aparente abertura do seu chefe. Mas já é um passo pois começa a desenhar-se no lado árabe a aceitação da entidade designada por Estado de Israel, mesmo em capitais como Damasco ou por uma organização como a Central Palestiniana. E Assad como Hussein e ainda a OLP admitem já negociar com Israel no quadro de uma conferência internacional. Com os cinco do Conselho de Segurança e todas as partes interessadas. A tese dos árabes passa agora a ser, ironia das coisas, a que previamente marcara a estratégia israelita: paz contra terra.

E aí se esboça a trágica ironia a que já nos referimos. No momento em que os árabes se aproximam das teses iniciais israelitas — e que até certo ponto se continuam em Shimon Peres — a obsessão da segurança, que obscurece para além do razoável a mente dos israelitas, fá-los pender não para as concepções trabalhistas mas para as do Likud, para as de homens como Shamir, Eytan, Kahane ou Sharon.

Já por ocasião das atribuladas diligências de Richard Murphy em 85 e 86, nas quais Shimon Peres, então primeiro-ministro, punha toda a sua esperança, como depois e ainda recentemente com as missões Schultz a favor de um plano de paz em duas fases, Itzhak Shamir rejeitada qualquer nova cedência de terras e considera que o Acordo de Campo David se esgotou com a devolução da península do Sinai e que, por conseguinte, está preenchida a obrigação decorrente da Resolução 242.

O Primeiro-Ministro recusa assim o princípio de «paz contra terra» e logo o de qualquer plano de paz que nele se fundamente. E até agora não se viu que possa arquitectar-se qualquer plano de paz que o não contemple. Shamir recusa até o princípio da Conferência Internacional de Paz.

Até à tomada de posição do Rei Hussein de «désengagement» do «West Bank», Shamir podia admitir muito esticadamente negociações directas com a Jordânia como representante da Causa Palestiniana. Com o descomprometimento de Hussein, Shamir e os seus consideram que deixou de haver uma Causa Palestiniana e um interlocutor idóneo.

Nem a Intifada, nem a demonstração insofismável através dela de que a OLP é o condutor e único representante da nação palestiniana, demovem o velho e obstinado dirigente israelita. Como já e viu, o argumento do terrorismo não deve tornar-se em dogma de fé. Se assim fora, Shamir não seria primeiro-ministro.

É de esperar que vozes como as do General Yehoshafat Harbaki venham a ser escutadas. Até porque pelas funções que desempenhou, chefe da inteligência militar, sabe do que fala. E o que fala é no sentido do acomodamento. Diz que não será de um dia para o outro que os ódios, as suspeitas e os velhos lemas e obsessões, como o da exterminação do Estado de Israel, se evaporarão. Mas o certo é também que se não é possível eliminar por completo os sonhos viciosos de uns quantos, a ausência de acomodamento político só os fará frutificar e expandir.

Ora é este contexto de mudança que a OLP e Arafat e o CNP parecem reforçar e alargar, enquanto em Israel forças há, embora com limitações, e do lado palestiniano também as há e também poderosas, dispostas a contrariar e impedir o caminho dos que são a favor da mudança.

Yasser Arafat afirmou recentemente aceitar a Resolução 242, com a retirada de Israel dos Territórios Ocupados e garantias de reconhecimento e segurança das fronteiras anteriores à ocupação. Edward Said proclama a necessidade de reafirmar, clarificar e reforçar as aspirações políticas da

nação palestiniiana, mas abolindo a «inadmissível ideia de exterminação, exulsão e eliminação» do Estado e do povo de Israel. Começa, mesmo se em forma ainda difusa, hesitante, até sofrendo de contradições, a desenhar-se um perfil e pensamento de estado.

Se a Intifada veio precipitar pela sua verdade e pela sua força como expressão de um povo que todos, israelitas e irmãos árabes, tem humilhado e martirizado — e que ele próprio tem tardado em encontra-se —, a cristalização de ideias e aspirações no sentido de uma definição política, a decisão inesperada do Rei Hussein de descartar o seu país de toda a responsabilidade de administrar e representar a Cisjordânia abriu as portas a uma nova responsabilidade para a OLP e para Arafat e criou uma oportunidade única para a afirmação da personalidade do povo da Palestina perante si e perante o mundo.

ELEIÇÕES LEGISLATIVAS EM ISRAEL

As eleições legislativas israelitas do Outono de 88 não foram, logo de início, consideradas um fenómeno político rotineiro numa democracia em que estará em jogo uma redistribuição de lugares no Parlamento e a consequente constituição de um governo que, nas suas linhas gerais, agirá no plano externo à semelhança e dentro dos parâmetros do que substituiu. Para Israel e mais do que as anteriores de 84, por virtude da acuidade trazida pela Intifada ao caso dos Territórios, as legislativas de 1988 poderiam significar, mesmo se muitos dos interessados o negam, o carreamento dos materiais estruturais da construção do futuro ou, ao contrário, a demora sobre atitudes e métodos que só usarão o tecido e a alma democráticos do país pela degradação moral que a violência institucionalizada como processo de gestão sempre engendra.

A experiência alternante ensaiada depois das anteriores legislativas teve que lidar, é certo, com terríveis problemas, problemas de toda a ordem, sobressaindo os da segurança, como sempre foi o caso desde a fundação do estado há 40 anos, e as sequelas da invasão do Líbano em 82. Mas primeiro Shimon Peres e depois Itzhak Shamir tinham no Sul uma situação resolvida e sem quaisquer indícios de deterioração, no Norte um tácito «modus» vivendo com os sírios em relação ao Líbano Sul, onde Israel tinha a haver-se apenas com as episódicas explosões de furor islamista dos Hezzbalah

ou dos adeptos do Fatah que se encobriam da capa civil dos campos de refugiados ou ainda dos outros agrupamentos mais à esquerda. Mas a Leste contava Israel com um território ocupado militarmente e administrado conjuntamente e até certo ponto com o Rei da Jordânia, que para Israel servia ainda de antecâmara a todas as construções mais ou menos nebulosas, respeitando o futuro não só dos territórios como o da crise em geral — pois sempre podiam os estrategistas israelitas jogar e brandir como excusa os desfazamentos e desentendimentos em torno a qualquer aspecto da representação da causa palestiniana, repartidas que estavam as «allégeances» entre o Rei e a OLP de Arafat —, e ao mesmo tempo o estatuto dos Territórios Ocupados sob suserania do monarca jordano oferecia-se como referência quase mítica quando os mesmos estrategistas políticos pretendiam fazer crer na abertura e disponibilidade para a negociação e a concertação — recorde-se aqui que vem do tempo da senhora Golda Meyr a chamada «opção jordana».

A Intifada em primeiro lugar, e depois o descomprometimento da monarquia hachemita em relação ao «West Bank», precipitaram uma evolução que já se não compadecerá com diatribes entre os dirigentes trabalhistas e os do Likud e com fácil recurso às acusações recíprocas como truque ilusionista que escamoteia a realidade. Agora há um facto que não admite sofismas e que reclama a coragem de um movimento para uma real abertura e a partilha mutuamente consentida, em oposição à tese da manutenção de um «status quo» que só trará maior miséria moral e física, política e económica.

Se não bastará recordar como exemplo da corrupção que a violência intuituída arrasta, o caso de Salém quando jovens soldados do Tsahal metodicamente soterravam quatro habitantes dessa aldeia já antes copiosamente espancados. Ou ainda o de Beita onde se assistiria à terrível repressão dos espacamentos, da prisão e das demolições, mesmo depois de se saber que a jovem israelita morta a tiro o fora não de mão palestiniana mas de um dos guardas do grupo de jovens que, em gesto de provocação — «temos de mostrar-lhe quem somos e quem manda» —, decidira contra a razão ir passear de bicicleta para junto da aldeia palestiniana.

É um fundo de medo e consequente arrogância contra uma massa humilhada, perseguida, e que está descobrindo os caminhos da reacção que marca a campanha eleitoral e lhe dita os resultados.

O medo que separa os cristãos dos muçulmanos e dos druzos no Líbano e que está causando a ruína da Terra do Cedro é o mesmo que opõe as duas comunidades na Palestina. Patente desde que os judeus começaram no século passado a penetração económica — mas o terror e o ódio não são tão recentes como isso. Não recordava Richard Cohen no «Washington Post», e recorrendo-se da Bíblia, que os antigos hebreus ao entrarem na terra da Palestina por Jericó aí dizimaram pela espada os cananeus, destruindo tudo o que estava na cidade, homem e mulher, jovens e anciãos, vacas, carneiros e burros. — Foi em aumento com o passar dos anos e a lenta consolidação comunitária. Deu o medo origem à segunda diáspora da região — a primeira fora a dos próprios hebreus — e cresceu até à obsessão com a instalação do estado hebraico e as guerras israelo-árabes que se sucederam e que precipitaram a trágica aceleração da diáspora palestiniiana. Tomaria o medo novo expressão e uma agudeza inesperada com o início da Intifada a 9 de Dezembro. Mas se em muitos espíritos esse medo, mesclado de arrogância, como já se disse, leva a uma maior intransigência e à total rejeição, por muitos, de qualquer gesto que possa significar alteração do «status quo», para outros abriu a consciência à necessidade de separar as comunidades, de tirar o palestiniiano da vista e do contacto. E isso, convinham os mais avisados, mediante uma só solução, a retirada israelita para o interior da sua própria fronteira — diga-se aqui rapidamente que certos extremistas de Jerusalém chegaram a propor o contrário: a expulsão total de todos os palestiniianos dos Territórios Ocupados.

Em plena acção da Intifada e consequente repressão, uns e outros seriam em Israel bruscamente confrontados com um poema palestiniiano que os sacudiria até à raiz de todas as convicções, e se a uns fez vacilar sobre o bem fundado de uma eventual política de negociação, aos outros reforçou a crença de que diálogo só na ponta das armas.

Escreveu Mahmood Darwish, dirigindo-se ao judeu:

«Vive onde quiseses mas não entre nós.

É tempo de saíres, judeu

Sai e morre onde quiseses mas não entre nós.

Sai da nossa terra, sai

Do nosso continente, do nosso mar

Do nosso trigo, do nosso sal, sai das nossas penas

De tudo sai.

Vai-te embora, longe
Da memória das memórias.»

Como escrevia um comentador israelita, os poemas não mentem. E essa verdade que o poema sublinharia ergueu alto a reacção. O primeiro-ministro referiu-se-lhe na Knesseth e o escritor Haim Guri diria dele que avivava no mais secreto do subconsciente dos judeus todos os muros destruídos de Jerusalém.

E o que mais desconcerta é a circunstância de Darwish, director cultural da OLP, ser tido como um moderado, apelando frequentes vezes para a coexistência e o diálogo entre as comunidades.

Assim é que em Fevereiro já se dizia que se há israelitas que lamentam que as coisas tenham degenerado ao ponto que se conhece, consideram eles mesmos a repressão, até aos limites que a segurança exige, como um mal necessário e que não há outra escolha e outra saída. Daí os sentimentos contraditórios, e que ao fim grande parte da nação apoie manifesta ou resignadamente o imobilismo de Itzhak Shamir, que sem reboço, antes com a tranquilidade de quem lida de igual para igual, força que lhe vem da sintonia com o sentimento nacional, se permite invalidar a iniciativa americana de George Schultz que, perante a pressão dos acontecimentos nos Territórios Ocupados, buscava retomar o princípio da Resolução 242 de «paz em troca da terra». O plano americano depararia com as maiores reticências por parte dos árabes moderados e a frontal oposição dos duros como Hafez Al Assad. Mas nem uns nem outros tiveram de se preocupar pois seria Shamir a chamar a si a tarefa da rejeição da iniciativa americana.

Isso não deverá ter constituído surpresa de maior para o Secretário de Estado posto que há três anos, aquando da hipótese da plataforma jordano-palestiniana, diligentemente negociada por um dos seus colaboradores, o Secretário-Adjunto Richard Murphy, já Itzhak Shamir recusava a fórmula, no que tinha a companhia da Síria, como me acentuava em Damasco, em fins de 1985 e ainda recentemente, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Dr. Farouk Al Sharaa.

Por razões diametralmente opostas os dois ministros dos Negócios Estrangeiros, sírio e israelita (então Shamir assumia a pasta), repudiavam a iniciativa americana de 85. Para Damasco é mentira imperdoável querer negociar em termos de retorno de apenas 40 por cento dos Territórios Ocupados — limite onde poderiam chegar os trabalhistas, enquanto o Likud então como agora — e

e não hesitavam em dizê-lo a Washington — tomam por inaceitável se não como traição, a cedência da mais mínima parcela do território adquirido em 1967. Por isso dizia um deputado ultraconservador que as teses trabalhistas a serem implementadas conduziriam directamente a uma guerra civil.

Não são poucos os dirigentes do Likud que, de forma mais ou menos velada, falam de tal risco ao defenderem a tese de que só um partido solidamente nacionalista como o Likud estará em condições de, como no passado com Begin, negociar e assinar novos acordos tipo Campo David. E deixam entender que pela teia de compromettimentos e cedências que comporta uma gestão trabalhista a época de Campo David teria sido não a do êxito, que se viu, mas de guerra interna, de irmãos suspeitos então irreconciliáveis.

E veja-se bem onde pode chegar a intransigência:

Shamir e Likud dizem aceitar a Resolução 242 do Conselho de Segurança, mas ao mesmo tempo recusam qualquer solução que inclua a eventualidade do abandono dos territórios de Gaza e «West Bank». A contradição é resolvida por Shamir facilmente: Israel satisfaz as disposições da Resolução e esgotou-a quando ao abrigo dos acordos de Campo David devolveu ao Egipto a Península do Sinai. E acrescenta que não só o acordo de Campo David deixara de lado os casos de «West Bank» e Gaza, que poderiam ser objecto de futuras eventuais negociações, como, e são palavras de Itzhak Shamir, «eram ocupados militarmente e ilegalmente pela Jordânia e o Egipto», e logo não tinham por que ser-lhes devolvidos.

A questão da Intifada aparece-nos sob estranhos contraditórios reflexos no que respeita à percepção pela opinião israelita e que exemplificam de forma gritante a complexidade da questão e a confusão que vem gerando: nas sondagens de opinião em Israel 70 a 75 por cento dos interrogados disseram querer ainda uma maior dureza no tratamento dos palestinianos da Intifada. Mas ao mesmo tempo aparece um dado completamente oposto, ou seja: 75 por cento exigem negociações imediatas, havendo mesmo mais de 50 por cento que não se oporiam a conversações com a OLP.

Para os trabalhistas a convicção é que não é possível continuar a dominar um outro povo, sem risco de contaminar e matar a prazo a democracia.

O compromisso territorial é a única solução, posto que a anexação desejada pelos Shamir e Sharon não só levaria à ruptura com o Egipto, à abertura de uma crise com os EU e a Europa, ao aumento da intolerância

política dos estados árabes e à guerra. Sem falar do fardo económico, fonte de estagnação ou paralisia.

Como a anexação significaria demograficamente a derrota de Israel: visto a dinâmica demográfica dos palestinianos, o país contará em 2000 com 54 por cento de judeus. Daí que Itzhak Rabin diga, face a esse espectro, que não quer um estado binacional, fermento de libanização.

Ora e como bem escrevia Alan Frachon, segurança não é só a militar nas fronteiras, mas também a integridade moral, ou seja, a preservação do carácter étnico-demográfico do estado, que mal se acomoda com a ocupação.

Isso não compreenderam os votantes israelitas que iriam criar condições para que o Likud imponha as suas teses e que os partidos da extrema-direita exclusivista vissem aumentado o espaço de afirmação e audiência.

Para Robert Goldmann, o que o Médio Oriente e especificamente a Palestina precisam é de pluralismo e democracia, não a insolúvel questão de saber-se quem é indígena na área.

Não podendo voltar-se atrás, há antes que buscar um padrão pluralístico que possibilite que povos e estados vivam lado a lado com garantia de liberdades básicas para os indivíduos e as minorias. Essa é também a visão política do partido de Shimon Peres, embora se o acuse, e adiante se verá, de ambiguidades que a tese esvaziam e fazem da doutrina trabalhista um esboço indefinido que dificilmente se poderá ter por um projecto de paz.

Shamir proclama-se a favor da paz, mas uma paz verdadeira, não a paz por qualquer preço como se diz ser o caso de Peres.

Nesse ângulo, Shamir tem como facto único marcante do seu mandato como primeiro-ministro, nos últimos 2 anos, a blocagem do projecto Peres de conferência internacional e a inviabilização do plano de paz americano de George Schultz.

Para o Likud, e com razão aparente, a cedência dos Territórios Ocupados não satisfaria o apetite dos palestinianos — como não os satisfará uma confederação com a Jordânia que logo tratariam de engolir inteiramente acabando com a monarquia hachemita. Para o Likud um estado palestiniano nos Territórios Ocupados não seria senão uma etapa na luta pela totalidade da Palestina. E Shamir vai mais longe na análise para dizer que a questão palestiniana não é a verdadeira causa do conflito israelo-árabe. A questão palestiniana é um pretexto, o instrumento visível de uma política que engloba

o interesse geral árabe, a saber que os árabes nunca aceitarão a presença israelita na terra que têm por exclusivamente árabe.

Por isso ceder aos palestinianos não significará solucionar o conflito israelo-árabe. Só concorreria para o agravar.

E é ouvir a tranquila impassível análise dos acontecimentos em Gaza e «West Bank» que expressa o Likud: «é preciso aguentar, nada ceder, ser paciente. A batalha dos territórios é um conflito de vontades e tecnicamente um simples caso de manutenção de ordem». E acrescenta que se à vontade e sem restrições, em poucas semanas resolve o assunto. Não o confessa apenas Ariel Sharon, o falcão por excelência, mas outros paladinos da dureza e intransigência dentro do Likud. Dos partidos religiosos nem é preciso esforço para saber o que pensam.

Os dois partidos saíram para a campanha praticamente em posições iguais. No primeiro impacte da Intifada — Dezembro de 87 — o Partido Trabalhista ganhou uma margem que parecia confortável. Mas o prosseguimento do levantamento e o radicalismo Likud durante a fase mais acesa — e as primeiras baixas do lado israelita — se por um lado provocaram divisões mesmo dentro do Tsahal, o que poderia levar a crer que a margem de Peres iria em aumento, por outro, e pela acção do reflexo angustioso e angustiado da segurança, iria trazer apoios a Itshak Shamir e ao Likud, passando esse movimento de balança a dar-lhe até uma certa fixa vantagem.

As sucessivas viagens de George Schultz ao Médio Oriente, e as suas diligências quanto à cedência territorial por etapas e sancionada por conferência internacional e a sua manifesta propensão por Shimon Peres, fizeram por reacção de contrários que pendesse uma parte do eleitorado a favor da posição oposta.

Mas ninguém podia mesmo assim dizer, quando um mês separava os partidos do escrutínio, quem levaria a melhor: como poderá explicar-se esse empate quando está em causa uma questão de tão vital importância?

O drama está em que embora Shamir e Peres se oponham quanto ao processo das negociações, cedência ou não cedência, mesmo parcial, da Samaria e da Judeia, ou a faixa de Gaza, já se sentam na mesma cadeira quanto a condições prévias, condições prévias, entenda-se, no que respeita a plataforma trabalhista, posto que para Likud não as têm como tal antes e apenas como dados básicos da recusa de qualquer plano que admita a evacuação de alguma parte dos Territórios.

Há na verdade surpreendentes similitudes, como diz Frankel do «Washington Post», nos conceitos nucleares dos dois partidos: ambos concordam na rejeição de negociações com a OLP, que não podem os Territórios Ocupados servir para instalar um estado independente palestino, que não deve Israel regressar às fronteiras anteriores a 1967. E são ambos pela indivisibilidade de Jerusalém— como se sabe, ponto sagrado nas reivindicações árabes.

Por outro lado, para a maioria dos palestinos o plano de Shimon Peres, de uma saída negociada dos Territórios Ocupados com o Rei Hussein, não vai mais longe do que o plano de autonomia ressuscitado à pressa por Itzhak Shamir para contrabater o plano de paz de George Schultz. Ambos passam por cima dos reais interesses do povo palestino.

Têm os palestinos a percepção de que com a Intifada empurraram a classe política israelita para o que será sem dúvida uma solidariedade forçada mas que no fundo traduz a unanimidade do pensamento e do sentimento israelita, seja-se de esquerda seja-se de direita. A prova está em que foi um ministro trabalhista, o da Defesa, o bom agente da dureza do Primeiro-Ministro direita. E não se pense que aqui caio em contradição com anteriores afirmações sobre o aparecimento de forças a favor do compromisso. Não se esqueça que Israel é parte do Médio Oriente, daí as contraditórias sondagens há pouco referidas.

Além disso há algumas diferenças — por exemplo, o Partido Trabalhista aceitaria eventualmente falar com a OLP logo que a organização reconheça a existência de Israel e o seu direito a proteger fronteiras, espírito das Resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança. O mesmo partido crê que o adversário engolirá a tese de que o Tsahal deixe as cidades mas continue a controlar certos eixos, colinas e outros pontos estratégicos (o que, como vimos, a Síria recusa terminantemente e certamente qualquer entidade palestina que venha a constituir-se) — mas, no fundo, no íntimo de todos os que aproximam o problema, e em primeiro lugar o próprio povo israelita e os árabes circundantes, subsiste a percepção de que os trabalhistas e o Likud ambos alimentam sentimento profundo de que têm pela frente uma guerra que só acabará quando o adversário for quebrado e que a nenhum interessa a formação de um estado palestino — daí a insistência da Síria na paridade estratégica.

Talvez, e numa extrema concessão ao outro lado da segurança, pudessem trabalhistas e Likud admitir a tese de William Safire de que a solução para

o problema residirá na eliminação da coroa hachemita, que tem por artificial e obsoleta. E a constituição de um estado novo para além do Jordão, controlado pelos palestinos e não pela minoria jordana, aliás de raiz estranha à região.

Mas mesmo assim estariam os perigos que tanto atormentam os israelitas efectivamente eliminados? Ou não se fingirá jogar aí uma carta que de antemão se sabe inviabilizada?

Mas voltemos à questão candente das eleições legislativas e dos comprometedores resultados obtidos.

Concluído o escrutínio reproduzir-se-ia o impasse de antes entre as duas formações, mas como um elemento que afirma a radicalização do estado hebreu: a confiança acrescida que o eleitorado concedeu aos partidos religiosos, que passam a ditar a conduta política, a tal ponto que Shamir nem esperou ser pressentido como é de uso pelo presidente para logo iniciar conversações a 2 de Novembro com os chefes daqueles partidos ultra-ortodoxos. Aliás sem resultado.

Prevaleceram os argumentos da direita a favor de uma «profundidade estratégica» e da ideologia do «Grande Israel».

Não só a esquerda molerada que representa o Partido Trabalhista sai vencida como a ideia de União Nacional que prevalecia desde 1984. Confirma-se assim a inclinação à direita iniciada com Begin em 1977.

E o partido Likud que se queria nacional — foi um dos temas da campanha e do «campo nacional» que entende guardar Gaza e Cisjordânia — ao deixar a coligação com os trabalhistas fica em certa larga medida enfeudado à extrema-direita. Isso poderá trazer dividendos no plano interno. Mas a existência de Israel joga-se tanto aí como no plano externo e nesse plano os excessos dos doutrinários só cavarão o isolamento do estado israelita.

E tanto assim é que a derrota de Shimon Peres foi vivamente ressentida no Cairo e em Amã e deu lugar a decepção em Washington, que apostava nos trabalhistas. Aliás a direita israelita não se furtara a classificar de «ingerências grosseiras» os apoios indiscretos de Hussein e Arafat à formação trabalhista — e não podia ter outro efeito o imprudente apelo de Yasser Arafat ao voto útil dos árabes do interior.

A OLP logo reagiria dizendo que a vitória direitaista representa um «golpe fatal para a paz», mesmo se acrescentando os porta-vozes da Central

Palestiniana que os resultados das eleições e a perspectiva de maior «violência, ódio e terrorismo» que agora ditam a acção os partidários religiosos do uso indiscriminado da força, não interromperiam os trabalhos no interior da organização com vista à proxima proclamação do estado palestino e tampouco deteria a Intifada nos Territórios Ocupados que irá até que o pleno direito à autodeterminação seja reconhecido e aplicado.

Em Amã, o Ministro Taher el Masri afirmava que a vitória dos partidos da direita significa a continuação do uso da força. O Egipto de Hosni Moubarak que ainda há um mês embalara numa acção de conciliação entre o Rei Hussein e Yasser Arafat numa tentativa de ressuscitar a «opção jordana» tão cara ao chefe dos trabalhistas, Shimon Peres, e com isso de em alguma forma influenciar o resultado das eleições, se se mostrava publicamente bom perdedor quando com o seu Ministro dos Negócios Estrangeiros Abdel Meguid dizia que o seu país «tratará obviamente com qualquer novo governo israelita», já tinha desabafo diferente quando em privado se ouviam outros altos funcionários.

A reacção em Damasco, segundo o «Tishrin», chegado ao regime, é de que qualquer vencedor das eleições prosseguirá os mesmos objectivos, ou seja a apropriação da terra árabe. Como não podia deixar de ser, os extremistas palestinos com sede em Damasco veriam nos resultados a razão de ser da rejeição das teses moderadas de Arafat.

Mas no meio do desconcerto e desilusão, a primeira nota realista viria afinal do próprio campo palestino. Alguns comentadores palestinos sugeriam que há vantagens na vitória de Likud pois aí se sabe com que lidar, enquanto Shimon Peres sempre se mostra vago, inseguro, não fiável.

Isso vai no fio daquela tesse que tem por cerne a memória viva em Israel de que não foram estrelas trabalhistas como Ben Gourion ou Golda Meyr quem trouxe ao povo israelita o primeiro tratado de paz, mas sim o iniciador da vaga conservadora, Menhaem Beguin, homem duro e à partida intransigente e alheio, bem no espírito Likud, a cedências e compromissos, mas que em Israel teve a ousadia, a coragem e a determinação para levar a cabo a surpreendente operação de paz com o Egipto.

Como bem vêem alguns comentadores internacionais, Shamir terá que ser maior ginasta e mais virtuoso na pirueta do que o seu antecessor, para que seriamente os árabes o venham a tomar por homem de paz.

Há indícios que se não podem «a priori» excluir da análise, indícios surgidos das fileiras likudistas e até do seu chefe máximo. Citava-se em fins de Outubro, como a exorcisar os riscos de guerra civil contidos na proposta trabalhista, os dizeres do «Mayor» de Telavive, Shlomo Lahat, likudista: «creio que é inevitável um estado palestino; creio infelizmente que a OLP representa o povo palestino. E sei que o preço da paz e de uma segurança real é a retirada (dos AO). Por isso apelo ao voto no Likud porque é o único que será capaz de pôr em marcha um tal processo de paz».

Rosenthal escrevia no «New York Times» há meses que o ponto crucial é sempre o mesmo: para os israelitas nada é menos seguro do que pensar que fazendo concessões territoriais os palestinos se contentarão com isso e desistirão da exigência de eliminação total do Estado de Israel. Os árabes, e com eles os palestinos, no fundo do pensamento de todo o israelita continuariam, como já noutra ocasião se disse, a considerar Israel como criação ocidental, a imposição de um conceito estrangeiro em terra árabe.

Por detrás dessa oposta visualização da questão alinham-se anos de crises, guerras, terror e sofrimento, medo, suspeita e hostilidades. Não é de um momento para o outro, pensa ainda Rosenthal, que se poderá encontrar a via. Há que dar tempo para que cada uma das partes digira a nova realidade e chegue à prática da tese do «mayor» de Telavive.

Aí surgem dois elementos chave: primeiro a autoridade necessária para empreender a viragem, autoridade que assiste ao Likud e a Itzhak Shamir, que fortes da auréola de aparente intransigência contra quaisquer concessões e da solidez moral que recolhem do posicionamento nacionalista podem sair à liça e a seu tempo negociar no melhor sentido para o povo israelita.

Fica-nos mencionar o outro factor chave, o tempo. E aí recordo como esperança as palavras do Primeiro-Ministro Itzhak Shamir em Maio último. Ainda que reiterando que jamais sairão da Judeia, da Samaria e de Gaza, acrescentava mesmo assim: «tenho algo em mente, algo que não posso agora revelar, que vai para além da autonomia» dos milhão e meio de palestinos do «West Bank» e de Gaza.

Aí se insere a questão do tempo, qual o justo momento em que a iniciativa, seja ela qual for, se imponha e ressalve a segurança e a integridade de uns e os direitos dos outros.

RECONDUZIDA A OPÇÃO JORDANA, ARTIFÍCIO OU SOLUÇÃO?

Em Setembro último o Presidente Hosni Mubarak saía em viagem por vários países da Europa. Havia propósitos domésticos na agenda das visitas à Jugoslávia, França, RFA e Grã-Bretanha, mas Mubarak e os seus próximos esforçaram-se em fazer crer que a razão principal residiria no desejo de tratar as questões que ensombram o Médio Oriente e que giram em torno à disputa israelo-palestiniana. O Egipto quer de facto recuperar um lugar cimeiro no tratamento da crise. A visita de Yasser Arafat imediatamente antes da saída do País para a Europa foi encarada como meio de assegurar-lhe posição de relevo no processo.

Esse desejo profundo do Presidente Mubarak que consolidaria os ganhos políticos obtidos desde a Cimeira de Amã do Outono de 1987, da qual decorreria o sucessivo restabelecimento de relações diplomáticas das capitais do Golfo com o Egipto (cortadas desde Campo David, e que recentemente ainda teve etapa decisiva com a troca de embaixadores entre Argel e o Cairo), viria a ter espectacular manifestação com o encontro de Aqaba que marcou a reconciliação Arafat-Hussein e a recuperação da opção jordana ao admitir-se de novo a hipótese de confederação jordano-palestiniana.

Já havia alguns indícios de que a carta jordana poderia voltar a ser trunfo no jogo Médio Oriental. Hani Hassan, conselheiro político do Presidente da OLP, diria no Cairo semanas antes que a organização encararia favoravelmente juntar-se à Jordânia numa espécie de confederação, por isso, especificou, poder satisfazer as objecções norte-americanas e israelitas quanto a um estado palestino independente. A afirmação de Hassan tomava todo um especial peso sabendo-se que estava ligado à preparação da sessão extraordinária do parlamento no exílio — o CNP — que deveria ocupar-se precisamente da resposta à decisão do Rei Hussein de cortar os laços que mantinha com a Cisjordânia, remetendo a sua responsabilidade ao único espaço territorial e populacional da Transjordânia.

Mas mesmo assim colheu de surpresa, até porque nada filtrara sobre o projecto, a notícia de que a 22 de Outubro se reuniam durante várias horas em Aqaba o Rei Hussein da Jordânia, o Presidente Hosni Mubarak e o chefe da OLP Yassar Arafat. Era assim restabelecido o diálogo interrompido há três meses. O conselheiro político de Mubarak, Oussama e Baz, podia dizer, antes de partir de Aqaba para Bagdade, que «todos os elementos constitutivos de um estado palestino estão presentemente reunido

se Israel se retira dos territórios ocupados e que um laço, sob a forma de uma confederação, poderá ser estabelecido entre a Jordânia e o futuro estado palestino».

Esta opção, apoiada por Washington, fora abandonada pelo Rei Hussein após a ruptura em Fevereiro de 1986 da plataforma de coordenação política entre Amã e a OLP, estabelecida somente um ano antes, por acordo assinado na capital jordana e que por sua vez Arafat denunciaria em Abril daquele ano de 1986. E Arafat declararia por seu turno, ao aproximar-se de Hussein, que visava realçar «a coordenação entre as duas partes, a fim de elaborar uma posição comum sobre a realização de uma conferência de paz no Próximo Oriente».

Não escapou a ninguém o quê ou quem visavam os três chefes árabes: com tal iniciativa Mubarak, Hussein e Arafat buscavam fazer pender a sorte das eleições para o lado de Shimon Peres. Aliás Al Baz diria mesmo que a reunião da Aqaba constituía uma mensagem ao eleitor israelita, e acrescentaria «nós dizemos-lhes: se desejais a paz nós estamos preparados. Há um parceiro árabe pronto para negociar».

A opção jordana vale o que têm valido tantos projectos, ideias e planos, arquitectados por todos aqueles que permanente ou fortuitamente se julgam em medida de pesar sobre o destino da região. Já ela foi objecto de especulação no passado, já a glosaram em variadíssimos tons e não se saiu disso.

As reacções não se fizeram esperar, e do lado das organizações mais extremas da OLP ou dos dissidentes com base em Damasco, sejam o Fatah — Comando Geral de Abuu Nidal — ou a FSNP do coronel Abou Moussa. E a Frente Popular de Libertação da Palestina, com Georges Habbache a exigir em Beirute o adiamento da sessão do CNP já com data marcada para Argel.

Se os sírios se abstiveram de logo comentar a Cimeira de Aqaba — só dias depois a imprensa síria condenaria «os dirigentes árabes que se imaginam que as eleições israelitas podem conduzir à paz» —, já em Telavive ela daria lugar a violento repúdio do que é tido por «ingerência árabe nos assuntos internos de Israel». Youssef Ben Aharon, chefe de Gabinete de Shamir, chegaria a lamentar já em termos de condenação, a participação na Cimeira de um chefe de estado em paz com Israel que dessa forma ajudaria a OLP a destruir Israel. Deploraria ainda a manobra que tem por grosseira, que é a de levar a OLP a participar num governo visando ocupar junta-

mente com a Jordânia territórios dos quais se reclama a retirada de Israel e em relação aos quais o monarca hachemita havia apenas há 3 meses suspendido todos os laços.

Abban Eban, Presidente da Comissão dos Negócios Estrangeiros do Knesseth, regozijar-se-ia com o facto de haver elementos moderados no mundo árabe que tentam recuperar o processo de paz, fazendo o possível para modificar as posições da OLP em relação ao estado hebreu. E o jornal «Haaretz» (independente) escrevia ser evidente querer o Rei retomar o seu papel de representante da Jordânia e dos palestinianos dos territórios na perspectiva de uma conferência internacional. E se Washington logo se felicitou da «aproximação política» que foi a Cimeira de Aqaba, Israel, assim como a Síria, viam-se confrontados com um novo ou ressuscitado dado político que pelo menos abre a muitas interrogações e com elas ameaça demolir certos argumentos atrás dos quais muitos em Israel se escudam.

Não deixa de ser estranho, por outro lado, que em três meses o Rei Hussein inicie um movimento inverso, até certo ponto, ao do que anunciara a 31 de Julho e logo implementara.

Haverá razões várias, mas talvez possamos destacar duas fundamentalmente, e em rigor invocar uma terceira que em certa forma redourará a posição do monarca. A primeira provirá do temor de que com o corte dos laços com o «West Bank», os dadores de fundos árabes à Jordânia que já veria uma quebra de um bilião nos princípios dos anos 80 para apenas 400 milhões de dólares no passado ano, sequem drasticamente a fonte. O outro motivo seria o de ver-se a Jordânia completamente descartada do processo de paz, quando até 31 de Julho fora «pivot» e foco inspirador. A terceira razão basear-se-ia na crença de que sendo politicamente certa, a decisão real não levara em conta aspectos económicos e humanitários importantes.

Seja como for, e apesar dos sorrisos de circunstância dos actores participantes de Aqaba, as reservas de antes e as desconfianças de agora não desamparam nas relações entre a OLP e a monarquia hachemita. Disso foi testemunha a intervenção do Rei Hussein no programa da ABC «NIGHTLINE» onde usou de várias subtilidades, interpretadas pelos observadores internacionais como mensagens aos israelitas e à OLP e neste caso para significar a Yasser Arafat, na precisa ocasião em que o encontrava em Aqaba, que não se lembre de pôr a mão nos palestinianos da Jordânia — há que sempre recordar o Setembro Negro — e que ele, o Rei, ainda pode,

se devidamente solicitado, retomar a cruz de representante legítimo do povo palestino.

Assim é o estado natural das coisas no Médio Oriente.

O CONSELHO NACIONAL PALESTINIANO NA ARGÉLIA. PROCLAMAÇÃO DO ESTADO PALESTINIANO

Depois da crucial decisão do Rei Hussein de 31 de Julho de 1988, a OLP e Yasser Arafat — que teve aí procedimento assaz correcto evitando que a emoção primasse sobre a reflexão — se viam confrontados a dois desafios a que teriam de responder depressa e bem. O primeiro, em relação ao qual já tardava uma resposta, era a própria Intifada. Haveria que capitalizar o ganho interno e externo que vinha sendo obtido na Guerra das Pedras. Agora Hussein da Jordânia aumentava a parada e Arafat não a podia continuar ignorando, sem grave risco.

Foi assim dito que ao Parlamento no Exílio caberia tomar as medidas que a situação requeria, avançando-se desde logo aquelas que pelo seu impacto se afiguravam como únicas susceptíveis de corresponder à gravidade e importância do desafio que era posto ao povo palestino. Iniciava-se um processo sem dúvida difícil, que não tão cedo se concluirá, sendo certo que a sessão do CNP em Argel, a 12 de Novembro, não era senão um patamar no longo percurso da paz no MO.

Depois de variada negociação, um porta-voz da OLP podia já dizer a 10 de Outubro em Tunis que os chefes palestinos tinham chegado a acordo sobre a declaração de independência do estado palestino, acrescentando que ela se basearia na Resolução 181 da Assembleia Geral da ONU, de 1947, que propunha a divisão da Palestina em dois estados, israelita e árabe. Disse também que o Comité Executivo ainda preparava o texto da declaração política da OLP sobre o processo de paz no Médio Oriente, mas esquिवou responder sobre o grau de reconhecimento de Israel que a OLP estaria apta a assumir.

Houve vária hesitação quanto à data e local da reunião extraordinária do CNP, mas finalmente acordariam os dirigentes palestinos sobre o primeiro local sugerido, Argel, e a data de 12 de Novembro, não sem que, já nas vésperas da reunião, a 4 de Novembro, George Habbache, chefe do FPLP, como já se referiu antes, reclamasse o adiamento sob o pretexto de

que o resultado das eleições israelitas fôra uma bofetada para os defensores da moderação, exigindo ainda que não fosse abandonada a opção militar como primeiro objectivo.

Ao Parlamento no Exílio — CNP — cabiam tarefas fundamentais:

1 — O reconhecimento de Israel. Arafat afirmava ao «New York Times», em 1984, dispor de uma só carta, o reconhecimento de Israel, e que só a jogará quando algo obtenha de substancial. Sabe-se, por outro lado, como se opõem ao reconhecimento homens como Habache, Jibril ou Hawateme;h;

2 — Lei Fundamental Palestiniana, que data de 1964, e que declarava nulas e como não existentes a divisão da Palestina de 1947 e a criação do Estado de Israel. Ou seja, pelo texto da carta fundamental o Estado de Israel terá de ser banido da região. Houve uma indicação positiva neste sentido quando Abou Iyad, segundo da OLP, dizia pensar a organização na criação de um estado palestino cujo programa político seria muito diferente da Carta Nacional actual;

3 — Declaração de Independência. Como já se referiu, a ideia seria basear a declaração unilateral de independência na Resolução 181, não se sentindo porém obrigada a OLP a aceitar as fronteiras previstas na dita Resolução: 57 por cento do território da Palestina para Israel e 43 por cento para um estado árabe palestino. Sabendo-se que a actual Cisjordânia e Gaza perfazem apenas 23 por cento do território do antigo Mandato da Palestina, logo se vê a implicação séria da advertência de Abou Iyad. Apesar de todas as armadilhas como essa e outras que contêm a declaração de independência, quer para israelitas — que por isso a repudiarão — quer para os próprios palestinos, ela revestiria, como bem viu Jean Pierre Langellier, uma tripla vantagem: acentuar mais o carácter palestino da Cisjordânia, abandonada aparentemente pela Jordânia, complicar a opção israelita da anexação e reforçar o estatuto diplomático da OLP;

4 — Governo no Exílio ou Governo Provisório — têm encorajado a OLP nesse sentido e depois de Sadate em 1973, Marrocos, Argélia e URSS. Em Dezembro de 87 Arafat dissera já que o assunto exigia exame aprofundado. O descomprometimento jordano de 31 de Julho tornou o assunto mais premente. A solução comporta muitas incógnitas, tais como a composição do governo ou a repartição entre os actuais dirigentes, isto é, entre os

chefes do exterior e do interior. Além disso, advertem os opositores, despromoveria o carácter militar da libertação da Palestina, tarefa primeira e central do estatuto da Organização.

Foi adiantada a ideia de um governo no exílio que no entender do proponente, Abou Iyad, evitaria por agora o escolha maior da definição das fronteiras, que só deverá sair da negociação entre as duas partes;

5 — Renúncia ao Terrorismo — conhecem-se as posições de Habbache sobre o uso da violência como única arma susceptível de fazer valer os direitos do povo palestino. Com ele alinham Jibril ou Hawatmeh, para não falar de Abou Abbas, e a Síria, entre outros estados. Há ainda uma série de grupos, pequenos ou pouco mais que isso, mas de provada terrível eficácia, como o Fatah — Comando Geral de Abou Nidal. Vê-se mal como se inclinam todos esses defensores da violência perante um eventual compromisso que só aceite o tratamento político da questão.

A 12 de Novembro, e apenas horas depois das últimas discussões e de arrancados os últimos débeis compromissos aos ultras, reunia em Argel, no Club des Pins, o Conselho Nacional Palestino — parlamento no exílio — que na noite do seguinte dia 14, e pela voz do Presidente do Conselho Executivo da OLP, sr. Yasser Arafat, proclamava a criação de um Estado Independente na Palestina: «o Conselho Nacional Palestino, em nome de Deus e em nome do povo árabe palestino, proclama o estabelecimento do Estado da Palestina sobre a nossa terra palestina com a Jerusalém Santa — Al-Qods Al-Cherif — por capital».

A par de uma certa inquietude ressentida em Jerusalém, logo viria o repúdio total. Itzhak Shamir declararia na rádio não só que a decisão «representa um passo mais da organização árabe terrorista na sua guerra contra a existência de Israel», como ela agora obriga a uma nova «luta diplomática de Israel para convencer todas as nações que pelo reconhecimento estarão ajudando os que querem exterminar o Estado de Israel».

Outro pensamento tiveram muitos estados, começando pela Argélia e a Turquia, que logo se precipitaram a reconhecer o novo estado.

A Europa mostrou-se mais reservada, e a posição assumida, além de reflectir a preocupação de não agravar Israel, busca o pretexto do carácter assaz vago da decisão que seria algo prematura, sem base jurídica dada a falta de um território com fronteiras bem determinadas e autoridades representativas legitimadas.

Os Estados Unidos afirmaram «encorajador» e contendo um «elemento positivo» o passo dado em Argel, mas logo diriam que os outros aí dados ficaram aquém do que era necessário para que se dissesse estar a questão efectivamente desbloqueada e nos carris certos.

Na verdade, que lado da balança é o mais rico, quando se compara o que foi ou não decidido e acordado em Argel pelo CNP? De um lado houve a declaração de independência de um estado palestino; a aceitação das Resoluções 242 e 338, do Conselho de Segurança, o que significa o implícito reconhecimento de Israel; e a renúncia ao terrorismo. Já é bastante, mas o que ficou por dizer? Não foram especificadas as fronteiras do novo estado, apenas mencionado que Gaza e Cisjordânia nelas se incluirão; não foi dado o passo decisivo e que importava, do reconhecimento explícito de Israel — o que levaria «Le Monde» a falar de um «Rubicon dans la pointe des pieds». Já em Estrasburgo, semanas antes, o chefe da OLP se mostrara esquivo a um pronunciamento claro quanto ao reconhecimento de Israel. Como já se disse isso era compreensível, estando ainda por realizar a sessão do CNP.

Mas, mais do que tudo, o CNP não anulou o artigo 22 da Carta Fundamental Palestiniana, aquele que proclamava a exigência da exterminação de Israel. Daí Shamir e até Peres falarem de farsa a moderação de Arafat e da OLP.

Não repudiou ou banuiu os ataques no interior de Israel ou nos Territórios Ocupados, antes reiterou o recurso à luta pela independência e a resistência ao ocupante.

E até Shimon Peres (um dos visados pelas decisões de Argel, sendo o outro George Bush) diria desalentado que «por detrás de uma cortina de fumo... de moderação, os palestinianos terão na verdade adoptado uma posição ainda mais extrema».

Poderá ter havido muita sincera emoção nas lágrimas dos assistentes no Club des Pins quando Arafat anunciou a criação do estado palestino. Mas passado esse momento de exaltação e ainda em Argel, homens como Habbache reduziam-lhe a importância e davam com isso razão a Washington e Jerusalém. Disse ele que lhe parecia duvidoso que as decisões tomadas significassem o reconhecimento mesmo implícito de Israel. Nos Territórios Ocupados, os responsáveis clandestinos da Intifada se queixavam,

por seu turno, de haver a OLP desperdiçado o capital acumulado com o levantamento e perdido assim a ocasião para negociar o fim da ocupação.

E há quem recorde que não em data muito longe — em Março de 88 — foi o Fath a anunciar em Beirute que o carro armadilhado, descoberto junto do hotel que abrigava George Schultz em Amã, visava precisamente este último. E ainda entre outros, recentes, o caso do ataque e sequestro do autocarro do laboratório nuclear de Dimona. Também não concorrerá para que os EU ou Israel aceitem sem hesitar a declaração sobre terrorismo quando se sabe que Abou Abbas, autor da aventura do Achille Lauro, se permitiu o tom sarcástico quando falou do assassinato do paraplético Klinhoffer.

Muitos observadores na Europa e nos Estados Unidos crêem que as decisões de Argel vêm demasiado tarde — e as novas hesitações de Arafat e da OLP, tal como a demora em responder ao projecto Moubarak, fazem-lhe recordar a recusa em 1947 do Cairo, Damasco, Amã e Bagdade do plano de partilha da Palestina e, vinte anos depois, os três «NÃO» de Khartoum — ou reconhecem-lhe apenas um valor simbólico, a que os dirigentes palestinos se viram obrigados perante o sucesso da Intifada e, como já se disse, pelo vácuo provocado pela retirada do Rei Hussein. E as decisões viriam tarde porque não só politicamente a facção israelita da intransigência consolidou posições, como o demonstraram as eleições de 84 e agora as deste ano, como a valsa hesitação geral deu tempo a que se formasse dentro de Israel uma força que até já assusta todo o israelita ponderado e adepto da forma democrática do seu país, e que ameaça subverter a racionalidade que o sionismo quis imprimir ao Estado de Israel como forma de o lançar no caminho do progresso e da modernidade, força essa que, como no Irão, ameaça imobilizar a acção política sob a vaga obscurantista e negra do integerismo.

Quando se pensa no ímpeto que ganham essas facções fanáticas, ainda há anos minúsculas, mas hoje já tentáculos longos endurecidos, e se recorda que têm pela frente na mesma terra e lugar uma outra forma de integrismo, o de carácter islâmico que logo na noite em que era proclamada a independência do estado palestino isso denunciava como manobra apressada para roubar a vitória da Intifada, ter-se-á talvez a imagem das dificuldades com que se deparam os responsáveis, a que não escaparão os likudistas mesmo

se agora se regozijam com posições extremadas de partidos como Herut e dos que lhe ficam ainda à direita.

Yves Cuau escrevia que Arafat teria alcançado dois êxitos em Argel, pesando porém muito diferentemente em relação aos interesses e preocupações de Jerusalém.

O primeiro êxito seria o do reforço da sua autoridade, no que ponho desde já as maiores dúvidas mesmo se se invoca a derrogação do princípio do consenso para adoptar o da maioria. A segunda vitória de Arafat viria da aceitação da Resolução 242 e do abandono do terrorismo, o que entreabriria a porta à integração oportuna da OLP num eventual processo de paz.

Por isso William Quandt, antigo conselheiro de Carter e perito do Médio Oriente, diria que sendo adquirido que não poderá haver solução negociada nos Territórios Ocupados sem a OLP, a reunião do CNP em Argel poderia ser o sinal de que o que fora uma organização terrorista estaria a dar a volta e a tratar de converter-se numa entidade já com estatura e modos de estado. Se assim for, erróneo será atentar apenas nas limitações e fraco alcance das decisões tomadas, devendo antes esperar-se que Arafat, depois de ver os resultados do passo dado, logo outros dê, melhor clarifique o seu pensamento e mais explícito se afirme. Isto escrevia em fins des Novembro de 88. Depois, parte desses passos já foram dados.

Os israelitas parecem com Shamir estar prontos para maior dureza nos Territórios Ocupados e para rejeitar Arafat e a OLP. Não lograrão senão mais exasperar os palestinianos do interior, reforçar a convicção da ineficácia da moderação nos ultras de Damasco e relançar as acções violentas na Galileia e as terroristas onde rendam bons juros. E corre-se assim o risco de ver Yasser Arafat cumprir a ameaça que não se coíbiu de brandir em Argel quando afirmou «eu posso a todo o momento voltar à presença do CNP e declarar que a moderação não paga».

Também há um outro elemento — que alguns muito invocam — e o desalento do chefe clandestino da Intifada há pouco referida dá todo o peso a este ponto e que vem formando a consciência, a percepção do que está bem no fundo das coisas reais que hoje balizam a causa palestiniana. Ou seja que mesmo reconhecendo sempre o papel representativo e a força aglutinadora da OLP, não é o que ela fará ou dirá que determinará verdadeiramente o curso dos acontecimentos, mas os 1 700 000 palestinianos vivendo sob uma ocupação e que embora tardiamente aprenderam a lidar com o

ódio que a humilhação institucionalizada lhes gerou. A lidar com o ódio e a usá-lo.

Diz-se que o Presidente Georges Bush se opõe a um estado palestino independente. Por outro lado, os seus conselheiros diriam que as posições definidas em Argel o foram em forma ambígua e inadequada, mas que seria importante não desprezá-las sob o pretexto de nada trazerem de novo. Diriam ainda que a aceitação das Resoluções 242 e 338 é um meio passo em frente pelos menos.

Quando isto escrevo, Georges Bush tem já programadas as visitas a Washington de Hosni Mubarak, do Rei Hussein e de Itzhak Shamir. Os dois primeiros fazem logo lembrar a reunião de Aqaba. E isso vai ao encontro da tese do grupo Bush que entende dever a Jordânia jogar um papel importante no processo de paz, incluindo o de associar-se aos palestinos numa confederação jordano-palestina.

Mas é evidente que como primeira resposta americana à nova imagem que a OLP e Arafat e o CNP se quiseram dar em Argel, e com ela criar o ambiente à abertura do processo de paz, nada podia ser mais elucidativo do que a recusa de Georges Schultz em conceder visto ao chefe da OLP para deslocar-se a Nova Iorque e aí enfrentar a Assembleia Geral das Nações Unidas, gesto logo classificado de passo em falso, mesmo em Washington.

E muitos observadores no Médio Oriente diriam essa recusa elucidativa também sobre quem determina o quê na política externa norte-americana para o Médio Oriente.

Do segundo desafio, a resposta da OLP ao vazio jurídico e administrativo criado na Cisjordânia, adiante falaremos.

ACELERAÇÃO DO PROCESSO PALESTINIANO

— A OLP reconhece Israel e consolida posições

— O reconhecimento norte-americano

Depois da recusa de Georges Schultz ao pedido de visto «para» que Arafat viajasse a Nova Iorque e confrontasse a Assembleia Geral, no debate sobre a Palestina, retirava-se momentaneamente a impressão de que a Intifada e a reunião do CNP em Argel seriam factos de um outro planeta, distante do que habitam um Itzhak Shamir ou um Schultz, muito embora tivessem

um e outro daqueles factos históricos levantado a causa palestiniana a um cimo político jamais atingido.

A seriação dos acontecimentos apontava entretanto para toda uma outra reflexão:

1 — A Intifada tivera o mérito de conter e precisar os objectivos da OLP, ao reflectir a vontade e a capacidade do povo palestiniano do interior de coexistir com Israel.

2 — O prolongamento da Intifada tornara claro que não mais poderia ser iludida a causa palestiniana.

3 — A Intifada servira o firme estabelecimento da representatividade da OLP e de Arafat.

4 — Para o que concorrera também a desmobilização do Rei Hussein em relação à Cisjordânia.

5 — A evolução de muitos estados árabes para a tácita aceitação de Israel.

Por isso podia Bassam Abu Sharif proclamar, depois de Argel, que a OLP já avançara para posições que lhe permitem reclamar o reconhecimento pelos EU. Mas, ao contrário, a recusa de Schultz não só não augurava quanto ao reconhecimento da representatividade da OLP, como parecia varrer todos os recentes adquiridos e dava a ideia de não evolução do processo. Primavam antes as posições de Shamir e até de Peres, que diriam ser a moderação de Arafat simples produto cosmético.

E entretanto e contra a expectativa, ritmo não seria quebrado com a recusa americana. Não só Arafat não cedeu à tentação de seguir os extremistas da Central Palestiniana, como a recusa de Schultz se revestiu do mérito de forçar a jogada da OLP, com Arafat a aumentar as paradas.

Porque Arafat continuava a usar a mesma embalagem ambígua, e havia que forçar-lhe as defesas e desimpedir a praça. Nos momentos cruciais da recente evolução política de Yasser Arafat se viria que as palavras que deviam ser decisivas e claras saíam da sua boca enroladas em algodão, senão propositadamente limitadas, como na renúncia ao terrorismo compassada com a insistência no direito dos palestinianos a «resistir à opressão por todos os meios».

Nem a consideração de que isso lhe impunha a estratégia no interior da OLP para evitar a ruptura com os extremistas ou, como escrevem Scott

Macleod e James Jackson, o próprio assassinato (recorde-se sempre Sartawi), faziam demover Washington, para nem falar de Telavive.

Fora no CNP em Argel, a 15 de Novembro, com a declaração de independência; fora em Estocolmo, a 7 de Dezembro, quando Arafat encontrou Hauser e mais quatro proeminentes judeus norte-americanos, fora em Genebra a 13 do mesmo mês no apelo à paz perante a Assembleia Geral das Nações Unidas. Em todas elas persistia a linguagem do algodão e em todas Arafat limitava-se a reconhecer a existência de Israel, não o direito moral de Israel, não o direito moral de Israel a existir como estado. É certo ainda, e há que acentuá-lo aqui, no preciso momento em que em Argel o CNP adoptava uma resolução renunciando ao terrorismo em termos gerais, não só admitia a continuação de ataques em Israel e nos Territórios Ocupados, como se assistia à infiltração de comandos terroristas idos do Líbano para a Galileia do Norte.

Foi preciso uma conferência de imprensa, a 14 de Dezembro, para que Abou Amad arrancasse para a definição política nuclear: «no meu discurso de ontem (o que pronunciara perante a AG) ficou claro que nós consideramos... o direito, de todas as partes envolvidas no conflito do Médio Oriente, a existir em paz e segurança, e, como mencionei, incluindo o Estado da Palestina, Israel e outros vizinhos».

Israel, temendo já os reflexos desde apuramento de expressão por parte de Arafat, desencadeava, numa manifesta e ostensiva manobra destinada a provocar uma reacção violenta dos palestinianos que os desacreditasse, lançava nessa mesma ocasião o mais massivo «raid» por terra, ar e mar, depois da invasão de 1982, contra um posto de comando da Frente Popular para a Libertação da Palestina — Comando Geral de Ahmed Jibril, a Sul do aeroporto de Beirute, em Naameh, cerca de Damour.

Entretanto, já na sessão genebriana da Assembleia das Nações Unidas, o Embaixador Walter Vernon exortara Israel a evacuar os Territórios Ocupados. Tinha-se aí um sinal. E a cadência dos marcos políticos estabelecidos por Arafat, e até o impacte da violência e desproporção do ataque a Naamen, levariam Ronald Reagan a terminar o seu duplo mandato com uma iniciativa à Gorbachev. George Schultz proclamaria assim, no dia 14 de Dezembro, que «os Estados Unidos estão preparados para um diálogo substantivo com representantes da OLP». Punha-se assim termo à blocagem levantada por

Henry Kissinger em 1975 — preenchimento dos dois quesitos fundamentais: reconhecimento de Israel, abandono do terrorismo. Instruções foram dadas para que o Embaixador em Tunis, Robert Pellereau, contactasse o Quartel-General da OLP e logo marcasse o primeiro encontro.

Como se disse, respondem assim os EU em forma espectacular à dinâmica e agressividade da política externa de Mikhail Gorbachev. E alteram profundamente a paisagem política do Médio Oriente, e imprimem uma dinâmica de futuro à causa palestina, incluindo a OLP e os Territórios Ocupados, e quer o queira ou não Israel.

À praticamente unânime cadeia de reacções positivas se não entusiastas, na Europa e ao longo da nação árabe, opôs-se o estado de choque e de angústia das forças políticas em Israel. E em algumas, mais do que desgosto, se deverá ver e sentir repúdio visceral ao que têm por traição norte-americana.

Está Israel agora só e isolado na recusa a qualquer contacto com a OLP. No princípio da tormenta, buscaram o Likud e o Partido Trabalhista inspiração para ir além do impasse de mais de cinquenta dias na formação de governo, embora não nos termos ultrajantes da plataforma inicial do Likud. Esse reequilíbrio ideológico trará alguma dose de bom senso à política externa de Israel? Será possível, por exemplo, ultrapassar a cláusula chave da formação da coligação Likud-Trabalhista, a saber que um e outro dos seus constituintes rejeitam expressamente todo e qualquer diálogo com a OLP?

Como escreve Alain Gresh, «a história no Próximo Oriente hesita». Hesita, para depois desembocar sobre uma solução em que não haverá senão ganhadores? Porque a alternativa é estar-se de novo a desenhar os contornos de uma ocasião falhada e perdida, com todas as implicações de que se conhece o cortejo letal e fúnebre.

Como escrevi há meses, «só fica um caminho, a negociação. Nisso vai a sobrevivência de Israel. Nisso se alicerça a justiça para com um povo martirizado. Nisso se reconstituirá a integridade do Líbano, livre então de refugiados palestinos, e da Síria e de Israel... Para isso é preciso negociar, negociar sem preconceitos, sem querer fazer da mesa de negociações outro campo de batalha para um só vencedor. A paz só se fará no Médio Oriente quando todos a ganharem. Um ano depois Gresh chega à mesma conclusão. Porque outra não poderá haver. De muitos padrinhos tem a causa médio-oriental beneficiado ultimamente. Primeiro os bons ofícios do Ministro dos Estrangeiros da Suécia, Stan Andersson, do Presidente Hosni Mubarak

e do Primeiro-Ministro Turgal Ozal, que permitiram o documento de Estocolmo e depois o discurso de Geneve e a conferência de imprensa que levaria ao diálogo directo americano-palestiniano em Tunis.

Agora é de novo Hosni Mubarak, numa prática política de «pequenos passos», na sua dança-tango de aproximação a Israel na busca da paz. Itzhak Shamir parece, por uma vez, não fugir ao passo. E se a missão Fernando Ordóñez conheceu o fracasso, talvez porque demasiado sôfrega, a de Lord Plumb já encontraria algum eco, pois conforme notícia «La Revue du Liban», de Beirute, seria o próprio Shamir a afirmar então que «poderiam vir a estabelecer-se contactos directos entre as partes em conflito em presença de representantes das grandes potências ou da organização internacional». E o jornal de Telavive «A Nação», escrevia a 5 de Janeiro sobre um plano de paz israelita prevendo um período de autonomia palestina de 3 anos nos Territórios Ocupados, a que se seguiriam negociações entre delegados palestinos eleitos com vista à criação de uma confederação jordano-palestina. É evidente que este plano está repleto de alçapões, mas é um começo, como foi a valsa hesitação de Arafat com respeito ao reconhecimento de Israel.

Como é a declaração de Arens, novo Ministro dos Estrangeiros em Telavive, de que o seu governo ainda não se fixara no regulamento a dar ao conflito israelo-árabe, mas que «trabalha», actualmente, na formulação da sua política sobre este conflito.

Como muito bem escreve Strobe Talbott «décadas de familiaridade com papel de Arafat, tanto do Dr. Hyde como de Mr. Jekyll, alimentaram senão o desprezo e o ódio ao menos a profunda suspeição». Suspeição, embora em grau diverso, também levantam os propósitos de Shamir e Arens.

Por isso dizia a «Revue du Liban», de Janeiro de 89, que aí se deveria estar em presença de uma fórmula para consumo interno no que respeita os dizeres de um e outro dos dirigentes likudistas, e acrescentava: «Chassez le naturel, il revient au galop.» Com isso dizendo que no fundo é o Likud refractário ao diálogo e persistente na recusa em trocar terra por paz. Será assim ou caminhar-se-á para uma fase nova de ambiguidades, desta vez marcadamente israelita?

Voltando a Talbot, aí veremos ser ele de opinião que a flexibilidade recente de Arafat «... Sounds like double-talk». It is double talk». E diz ainda que frequentemente a linguagem da política é essa, particularmente no

Médio Oriente. Tanto do lado árabe como do lado israelita. Vamos pois esperar que em matéria de flexibilidade, que aqui se inicia por um jogo de espelhos deformantes, isto é, de ambiguidades, isso dê, à sua maneira e moda, para os dois lados. Heverá apenas que aproveitar as boas vontades e os bons padrinhos para que seja o melhor de cada lado a preponderar.

Foi a Intifada que levou ao CNP de Argel e a Estocolmo e a Geneva. Foi Estocolmo e Geneva que levaram à abertura do diálogo norte-americano-OLP. Como dizia alguém, a OLP aceitou agora o direito de Israel a existir e os EU aceitaram essa aceitação. Isso depois de muita ambiguidade do lado da OLP. Itzhak Shamir recusa mover-se de uma só polegada do «West Bank». Mas já fala de plano autonómico e de confederação jordano-palestiniana. Isto é, deixa entender movimento. Há nisso ambiguidade? Esperemos que sim — e muita. Que lhe permita dar volta no momento adequado. Mas há quem tema o contrário. Como ainda dizia o comentador político norte americano, a ambiguidade israelita não é suficientemente grande e que no momento em que a «...OLP e os seus chefes se vão tornando menos rejeicionistas, os de Israel estão a tornar-se mais. Israel pode estar a proceder a uma autotransformação da pior espécie». Que se vá o mau augúrio e esperemos que a pressão demova as resistências hebraicas.

Aos palestinianos ofereciam-se duas possibilidades antes do 8 de Dezembro de 1987, início da Intifada: negociações ou luta armada. Mas negociações certamente em posição enfraquecida. A Intifada aparece, «a posteriori», como uma terceira via, posto que desencadeou a tomada de posição de Hussein e esta abre espaço a uma outra possibilidade de estratégia: a da afirmação da personalidade política não na escalada do terror, mas através da declaração de independência que a avizinha do estatuto de estado.

Será essa, aliás, como escrevia Jerome Segal, da Universidade de Maryland, a única forma de não perderem a Intifada e o encontro com a história.

Quando Israel, falaciosamente aliás, se cria já ao abrigo de ameaças depois da assinatura do tratado de paz com Sadate, eis que dentro da sua esfera e jurisdição lhe rebenta um abcesso que ameça contaminá-la do interior, infecção que, como escrevia André Fontaine, não seria debelada tão cedo. É era ele ainda a invocar os propósitos do Rei Hussein que já em 85 os tivera parecidos em conversações comigo em Amã: de que urge fazer algo no que respeita o problema palestiniano senão será o desespero total.

E este é fermento para todas as violências que ninguém poderá dizer se serão circunscritas.

Toda a gente responsável parece sabê-lo: já em Campo David se falava de «autoridade autónoma». As Nações Unidas e o Conselho Europeu reconheceram-no. Brejnev e Carter e ainda Giscard d'Estaing falaram de pátria ou «foyer» palestino e todos se ficaram pelas palavras, paralisados, a começar pelos directos interessados.

Mas o drama, a tragédia com mais propriedade, é que se está em presença de duas nações que o medo separa, pois que as duas ancoradas ainda em propósitos, e acções consequentes, diametralmente opostos, até agora representados, por exemplo, na Resolução do 12.º Conselho Nacional Palestino (Parlamento), de Junho de 1974, pela qual a OLP se comprometia «a lutar contra qualquer projecto de entidade palestina cujo preço seja o reconhecimento do inimigo», e as de Begin, em 19 de Março de 1979, quando em pleno debate de ratificação dos acordos de Campo David afirmava: «Israel jamais permitirá que seja criado um estado palestino na Cisjordânia». Aí está a raiz da intransigência, da intratabilidade das duas partes. Aí está a raiz do levantamento popular nos Territórios Ocupados.

Aí estará a raiz da destruição se, no seguimento das teses de Begin e Shamir, e na total ignorância do mundo externo, persistirem numa política que vá desembarcar na anexação.

Porque anexação é estado binacional e estado nacional é o Líbano potenciado. Contra isso se levantam Rabin e Yeshofat Harbaki, ambos numa visão clara do conteúdo vivo do conceito de defesa nacional, que reclama uma comum defesa do interesse nacional. E não haverá essa comum defesa num estado constituído de duas nações que se voltam as costas. E logo antagónicas nos seus interesses próprios.

A Intifada, mais do que qualquer outro elemento na história de 40 anos de Estado de Israel, mesmo nos piores momentos do Youm Kippour em que não falhou a crença de que o exército resolveria o problema, veio criar uma psicose do futuro. Para onde quer que nos voltemos lá está a questão do futuro: com quem e como? Todas as análises nisso se debruçam e demoram. Porque agora, ao contrário do tempo das guerras, já não é certo, mesmo entre os intolerantes e os imobilistas, que a vitória armada seja tão segura como isso.

Que isso pese no coração e na mente dos homens da região, israelitas e palestinos, e faça deles os construtores do futuro.

Luiz Gonzaga Ferreira

Embaixador

OBRAS E IMPRENSA CONSULTADAS

POLITIQUE ÉTRANGÈRE — Institut Français de Relations Internationales.

PANORAMA D'ACTUALITÉ, Beirute, anos 84-87.

FOREIGN AFFAIRS — Council on Foreign Affairs, New York, n.º Spring 1988.

L'OFFENSE ET LE PARDON — Amine Gemayel.

COMMUNAUTÉS ET POUVOIR AU LIBAN — Georges Charaf, Édition du CÉDRE.

«LA REVUE DU LIBAN», Beirute; «L'ORIENT LE JOUR», Beirute; «DAILY MORNING», Beirute; «NOUVEAU MAGAZINE», Beirute; «TISHRIN», Damasco; «JORDAN TIMES», Amã; «TIME» e «NEWSWEEK», USA; «HERALD TRIBUNE», Zurique; «LE MONDE», «LE FIGARO», «L'EXPRESS», Paris.